



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

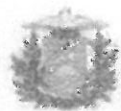
PROT./SINFRA
Fl. 311
Nome R
Area

Anexo II

Programa de Exploração da Rodovia

(Edital de Concorrência nº. 025/2009)

1
2



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Nº 312
Nome R
Area

Anexo II: Programa de Exploração da Rodovia

Anexo II.1 – Estrutura Tarifária	7
1. Apresentação	8
2. Sistema Atual	8
2.1. Praças Existentes	8
2.2. Sistema Operacional de Arrecadação	8
2.3. Alterações Futuras	8
2.3.1. Aplicação	8
3. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA	9
3.1. Unidade Tarifária de Pedágio (UTP)	9
3.1.1. Trecho de cobertura da praça de pedágio - TCP	9
3.2. Cálculo do Valor do Pedágio	9
3.2.1. Tarifa Básica de Pedágio	9
3.3. Classificação dos Veículos	10
3.4. Validade e Atualização da Tarifa	11
3.4.1. Validade da tarifa	11
3.4.2. Preservação das tarifas	11
3.4.3. Atualização do valor da tarifa básica de pedágio	11
3.4.4. Aprovação da atualização das tarifas	11
3.4.5. Alteração do índice de reajuste	12
3.5. Isenções e/ou Privilégios Tarifários	12
3.5.1. Isenções	12
3.5.1.1. Limite da isenção dos membros da Associação	12
3.5.2. Privilégios tarifários específicos	13
3.5.3. Promoções e descontos	13
4. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO	13
4.1. Responsabilidades da Concessionária	13
4.2. Normas Operacionais	14



PROT./SINFRA
Fl. 313
Nome R
Area

Anexo II: Programa de Exploração da Rodovia

Anexo II.2 – Funções Operacionais e Administrativas	15
1. Atuação Inicial	16
2. Sistema de Monitoração de Tráfego, Comunicação e Transmissão de Dados	16
2.1. Conceitos Básicos	16
2.2. Descrição, Especificações e Níveis de Serviço	20
2.2.1. Sistema de Monitoração / Sensoriamento de Tráfego	20
2.2.2. Sistema de Transmissão de Dados	20
2.2.3. Centro de Controle de Operações (CCO)	20
3. Operação do Sistema de Pedágio	20
3.1. Conceitos Básicos	20
3.2. Descrição, Especificações e Níveis de Serviço	21
3.2.1. Sistema de Arrecadação	21
3.2.1.1. Modalidade de arrecadação	21
3.2.1.2. Especificações para os Sistemas Automático e Semi-Automático	21
3.2.2. Níveis de Serviço	21
4. Operação do Sistema de Fiscalização de Trânsito e Transporte e Apoio aos Serviços Não Delegados	22
4.1. Conceitos Básicos	22
4.2. Descrição, Especificações e Níveis de Serviços	23
4.2.1. Posto Fixo de Fiscalização	23
4.2.2. Sistema de Pesagem de Veículos	23
4.2.3. Controle de Velocidade	24
4.2.4. Fornecimento de recursos materiais ao policiamento de trânsito	24
4.2.5. Instrução e Fundamentação Técnica de Solicitações de Autorizações e Outorgas	25
5. Operação do Sistema Viário, Segurança e Conforto dos Usuários	25
5.1. Conceitos Básicos	25
5.2. Segurança dos Usuários	26
5.3. Descrição, Especificações e Níveis de Serviços	26
5.3.1. Acompanhamento da Evolução do Tráfego	26
5.3.2. Sistema de Atendimento aos Usuários (SAU)	27
5.3.3. Sistema de Comunicação com os Usuários	28
6. Fiscalização e Auditoria	28
6.1. Sistema de Informações	28
6.1.1. Informações diárias e semanais	29
6.1.2. Informações mensais e anuais	29
6.1.3. Banco de dados do CCO	29
7. Serviços Complementares	30
8. Das Sanções Administrativa	30
9 – Elaboração da Proposta	30
9.1 - Administração e Funções Operacionais - Pessoal	30
9.2 - Despesas de Consumo	31



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 314
Nome R
Area

9.3 - Despesas Diversas	32
9.4 - Administração e Funções Operacionais - Orçamento Resumo	32
9.5 - Equipamento/Veículos	32

Anexo II: Programa de Exploração da Rodovia

Anexo II.3 - Serviços da Manutenção da Rodovia	36
1 - Programa Intensivo Inicial	37
2 Conservação de Rotina	37
2.1 Conceitos Básicos	37
2.1.1. Conservação/Manutenção de rotina	37
2.1.2. Planejamento	38
2.1.3. Inventário Rodoviário	38
2.1.4. Padrões de conservação/manutenção	39
2.2 Estruturação dos Programas	39
2.3 Descrição e Padrões para os Programas	41
2.3.1. Pavimento	41
2.3.1.1. Descrição	41
2.3.1.2. Padrões	41
2.3.2. Faixa de Domínio	41
2.3.2.1. Descrição	41
2.3.2.2. Padrões	42
2.3.3. Drenagem	43
2.3.3.1. Descrição	43
2.3.3.2. Padrões	43
2.3.4. Segurança Rodoviária	44
2.3.4.1. Descrição	44
2.3.4.2. Padrões	44
2.3.5. Sinalização	45
2.3.5.1. Descrição	45
2.3.5.2. Padrões	45
2.3.6. Estruturas	46
2.3.6.1. Descrição	46
2.3.6.2. Padrões	46
2.3.7. Prédios e Pátios Operacionais e de Suporte	47
2.3.7.1. Descrição	47
2.3.7.2. Padrões	47
2.3.8. Sistema de Controle e Automação	47
2.3.8.1. Descrição	47
2.3.8.2. Padrões	48
2.3.9. Sistemas de Telecomunicação	48
2.3.9.1. Descrição	48
2.3.9.2. Padrões	48
2.3.10. Iluminação	48
2.3.10.1. Descrição	48
2.3.10.2. Padrões	48



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 375
Nome R
Area

2.3.11. Eletrificação	49
2.3.11.1 Descrição	49
2.3.11.2 Padrões	49
2.4 Auditoria e Fiscalização	49
2.4.1 Auditoria	49
2.4.2 Fiscalização	54
3. Conservação / Manutenção de Emergência	55
3.1 Conceitos Básicos	55
3.2 Procedimentos	55
3.3 Auditoria e Fiscalização	55
4 - Restauração da Rodovia	55
5 - Custo da Conservação/ Manutenção de Rotina	57
6 - Custo de Conservação Emergencial	57
7 - Programa Anual de Serviços de Conservação/Manutenção	58
8 - Sistema de Gestão Ambiental	58
9 - Das Sanções Administrativas pela Impontualidade	58
10 - Elaboração da Metodologia de Execução	59

4 5 2



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 326
Nome R
Area

Anexo II: Programa de Exploração da Rodovia

Anexo II.4 – Plano Econômico e Financeiro	66
Capítulo I - Disposições Gerais	67
Sumário	67
Apresentação	68
Plano Econômico Financeiro	68
Capítulo II - Demonstração das Receitas	69
Receitas Operacionais	70
Volume e Composição do Trânsito	70
Receita de Pedágio	70
Outras Receitas Operacionais	71
Receitas Financeiras	71
Capítulo III - Demonstração dos Custos	71
Custos Correntes	72
Custos de Capital	72
Capítulo IV - Esquema de Financiamento	73
Capítulo V - Fluxo de Caixa do Empreendimento	73
Capítulo VI - Informações Complementares	73



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 317
Nome R
Area

Anexo - II.1

Estrutura Tarifária

7 2
2



PROT./SINFRA
Fl. 319
Nome A
Area

Anexo II : Programa de Exploração da Rodovia

Anexo - II.1 – Estrutura Tarifária

1. Apresentação

O presente Anexo objetiva definir condições e normas que deverão reger a estrutura tarifária do pedágio que a Concessionária deverá implantar, a partir do sistema existente, já disponível para exploração.

2. Sistema Atual

2.1. Praças Existentes

No trecho objeto da concessão, já existe, em operação, a praça de pedágio do tipo barreira, instalada no km 6, com cobrança bidirecional, isto é, os usuários pagam em cada sentido utilizado.

É um sistema de pedagiamento público, porém, administrado pela Associação de Produtores, que contribuiu com a sua pavimentação

A estrutura física atual é compatível com a demanda existente.

2.2. Sistema Operacional de Arrecadação

O sistema operacional de arrecadação atualmente instalado é composto de cabines para pagamento manual, com controle e contagem eletromecânicos dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

O sistema operacional de arrecadação de pedágio existente atende a demanda atual e a todas as normas e especificações mencionadas no presente Edital.

2.3. Alterações Futuras

Após a assinatura do contrato, a Concessionária poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de praças de pedágio, à aprovação do Poder Concedente, sempre em conformidade com os termos e disposições previstas neste Edital e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao usuário.

Poderão ser implantados praças de pedágios de bloqueio, em acesso a rodovia, caso se constate que eventual rota de fuga de tráfego provoca danos em outras rodovias ou em malha urbana, após análise conjunta dessa solução entre o Poder Concedente, a CONCESSIONÁRIA e as Municipalidades impactadas.

2.3.1. Aplicação



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 320
Nome R
Area

As alterações aqui mencionadas não poderão compor a Metodologia de Execução nem a Proposta Financeira da LICITANTE.

3. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA

3.1. Unidade Tarifária de Pedágio (UTP)

A Unidade Tarifária de Pedágio (UTP), criada pelo art. 5º da Lei nº. 8.620, de 28 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 0,0535/km/eixo, sendo o referencial para determinação dos preços de pedágio, que variam de acordo com os custos que o veículo automotor do contribuinte provoca ao longo da via, pelo desgaste físico que o mesmo impõe ao segmento rodoviário quando por ele trafega.

A UTP foi atualizado para o valor de R\$ 0,0623 (seis centavos e vinte e três décimo de milésimo de real), por km/eixo, valor este ajustado para outubro/2009, tomando por base o IGP-M/FGV.

O valor do pedágio de cada veículo será calculado observando a seguinte expressão aritmética:

$$\text{Valor do pedágio} = \text{UTP} \times \text{km pavimentado} \times \text{número de eixos do veículo}$$

3.1.1. Trecho de cobertura da praça de pedágio - TCP

Uma vez que o sistema de arrecadação baseado em praças tipo barreira, não permite a caracterização exata da extensão de estrada efetivamente utilizada pelo usuário, será adotado critério pelo qual cada pedágio corresponde a extensão rodoviária colocada à disposição do usuário, chamada de trecho de cobertura da praça de pedágio - TCP e definida pela respectiva função de ligação, considerando-se as quilometragens abrangidas.

Para o presente edital o trecho rodoviário de cobertura da praça de pedágio é o seguinte:

Rodovia: MT – 242
Trecho: Sorriso (Entº BR 163) – Ipiranga do Norte
Extensão: 66,0 km
Código do SRE: 242 EMT 0010 a 242 EMT 0050

- Segmento rodoviário que também faz parte do TCP:
Rodovia MT – 491
Trecho: Entroncamento da MT – 242 até km 17,8
Extensão: 17,8 km
Código do SRE: 491 EMT 0010

- Extensão total da TCP: 83,80 km

3.2. Cálculo do Valor do Pedágio

9 R



PROT./SINFRA
Fl. 307
Nome _____
Area _____

3.2.1. Tarifa Básica de Pedágio

A tarifa básica de pedágio é aquela atribuída aos veículos da Categoria 1, conforme as categorias de veículos estabelecidas pelo art. 7º, da Lei nº. 8.620, de 28 de dezembro de 2006 e constando como "Ref. I" do quadro "Classificação dos Veículos", apresentado a seguir no item 3.3.

A tarifa básica de pedágio será o objeto de oferta por parte dos Licitantes.

A tarifa aplicadas aos usuários será expressa em reais e centavos, de forma que esses (centavos) sejam representados por números múltiplos de 10 centavos, sempre arredondado para menos, ou seja, quando a casa de centavos for diferente de zero, será substituída por esse, mantendo inalterada a casa de dezena de centavos.

Para a rodovia objeto da presente licitação o valor da tarifa básica de pedágio é igual:

$$\text{Tarifa Básica de Pedágio} = \text{R\$ } 0,0623 \times 83,80 \times 1 = \text{R\$ } 5,20$$

O valor acima identificado de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), será o valor máximo admitido como tarifa básica de pedágio a ser ofertado pelos Licitantes, nos termos do presente Edital.

As propostas de tarifa que ofertarem valor superior ao mencionado acima serão desclassificadas.

3.3. Classificação dos Veículos

Como já observado, as tarifas de pedágio deverão ser diferenciadas por categoria de veículos, em decorrência dos desgastes físicos diferenciados que os mesmos acarretam à superfície de rolamento, que implicam custos diferenciados de engenharia rodoviária.

As tarifas de pedágio que serão cobradas de cada usuário deverão ser o resultado do produto da tarifa básica identificada no item anterior, pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada tipo de veículo, conforme tabela "Classificação dos Veículos", abaixo:

Classificação dos Veículos

Ref.	Categorias	Tipo de Veículo	Multiplicador de Tarifa
I	Categoria 1	Veículo de passeio e/ou utilitário	1
II	Categoria 2	Veículo comercial	2
III	Categoria 3	Veículo comercial	3
IV	Categoria 4	Veículo comercial	4
V	Categoria 5	Veículo comercial	5
VI	Categoria 6	Veículo comercial	6
VII	Categoria 7	Veículo comercial	7
VIII	Categoria 8	Veículo comercial	8
IX	Categoria 9	Veículo comercial	9



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

X	Categoria 10	Veículo de passeio e/ou utilitário, com reboque de 1 eixo ou 2 eixos (eixo adicional)	1
---	--------------	---	---

Obs.: Categoria definida pelo art. 7º, da Lei nº. 8.620/2006

PROT./SINFRA
Fl. 322
Nome R
Área

3.4. Validade e Atualização da Tarifa

3.4.1. Validade da tarifa

A tarifa calculada segundo os procedimentos explicitados nesse Anexo refere-se a outubro de 2.009.

3.4.2. Preservação das tarifas

O valor das tarifas de pedágio deverá ser preservado pelas regras de reajuste e revisão previstas nesse Anexo e no Edital, com a finalidade de assegurar, em caráter permanente, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão.

3.4.3. Atualização do valor da tarifa básica de pedágio

A tarifa básica de pedágio ofertada pelo Licitante vencedor, conforme definida no sub item 3.2.1. será atualizada por meio de:

I - reajustes visando a manter o valor aquisitivo das tarifas, de acordo com a fórmula abaixo, com periodicidade anual, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente, considerando-se como data base da tarifa outubro/2009, para efeito de aplicação do presente critério. A fórmula de reajuste será:

$$T_i = [IGP-M_i / IGP-M_o] \times T_o$$

onde:

T_o = tarifa básica de pedágio referente a outubro/2009, calculada conforme 3.2.1;

T_i = tarifa básica de pedágio atualizada para a data de reajuste e arredondada para menos conforme critério definido no item 3.2.1;

$IGP-M_o$ = IGP-M acumulado referente a out/2009, considerando a data base = 100,0;

$IGP-M_i$ = IGP-M acumulado referente a data de reajuste, considerado a mesma data base;

i = mês de vigência da tarifa reajustada T_i .

II - revisões extraordinárias, de iniciativa da AGER/MT ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, com base em análise do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Quando das atualizações previstas neste item, seja por reajuste ou por revisão extraordinária, deverá ser arquivado o número representativo do valor com uma casa além das de centavos (milésimo de real), número este que será a base da próxima atualização, sem prejuízo do arredondamento estabelecido no item 3.2.1.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
R. 323
Nome A
Area

3.4.4. Aprovação da atualização das tarifas

Os cálculos dos valores atualizados das tarifas básicas da praça de pedágio serão elaborados pela Concessionária em conformidade com a metodologia especificada nesse Anexo e apresentados à apreciação da AGER/MT, para verificação de consistência e, se for o caso, aprovação com indicação da data em que o novo valor passará a vigorar.

3.4.5. Alteração do índice de reajuste

Na ausência ou modificação do índice selecionado para cálculo de reajuste, AGER/MT e a Concessionária, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IGP-M.

3.5. Isenções e/ou Privilégios Tarifários

3.5.1. Isenções

Estão isentos do pagamento da tarifa de pedágio:

- a) veículo ambulância;
- b) veículo bombeiro;
- c) veículo policial;
- d) motocicletas e ciclomotores;
- e) veículo oficial do corpo diplomático;
- f) veículo de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando utilizado a serviço dos seus respectivos entes e entidades.
- g) veículo de membros da Associação de Produtores, que contribuiu com recursos financeiros ou bens e serviços, para a pavimentação da rodovia em questão.

Considera-se veículo de membros da associação, inclusive aqueles a seu serviço, mas cuja isenção será concedida em caráter transitório até o limite de sua contribuição e depois do reconhecimento determinado pelo parágrafo único do art.8º, da Lei nº. 8.620, de 28 de dezembro de 2006, com a alteração estabelecida pela Lei nº. 8.976, de 18 de setembro de 2008.

3.5.1.1. Limite da isenção dos membros da Associação

O limite da isenção de trata a alínea "g" do subitem anterior é de R\$ 8.168.818,03 (oito milhões, cento e sessenta e oito mil oitocentos e dezoito reais e três centavos), a preços originais de aplicação que atualizado para out/09, pelo IGP-M, passa para R\$



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 324
Nome R
Area

9.597.710,05 (nove milhões, quinhentos e noventa e sete mil setecentos e dez reais e cinco centavos).

Essa isenção deverá ser considerada nos cálculos como previstas de serem utilizada no período de 10 (dez) anos.

3.5.2. Privilégios tarifários específicos

Será vedado ao Poder Concedente estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários, exceto se no cumprimento de lei, que especifique as fontes de recursos para ressarcimento da Concessionária.

3.5.3. Promoções e descontos

A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério e por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das tarifas. As promoções e descontos devem ser de ordem geral e não pode ultrapassar a 30% do valor do pedágio em vigor.

4. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO

4.1. Responsabilidades da Concessionária

A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do sistema de arrecadação de pedágio e operação de tráfego na área das praças, cabendo-lhe:

- a) Manter placas informativas com valores atualizados de pedágio;
- b) Sinalizar as pistas;
- c) Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;
- d) Fiscalizar a arrecadação;
- e) Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;
- f) Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- h) Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- i) Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos;
- j) Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;
- k) Prestar atendimento ao usuário;



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 325
Nome R
Área

l) Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pelo Poder Concedente e Poder Regulador.

4.2. Normas Operacionais

Os Poderes Concedente e Regulador poderão, caso entendam importante para padronização das ações nas praças de pedágios, baixar NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do usuário no momento do pagamento, acidentes e outros. Essas normas deverão ser plenamente cumpridas nos termos da alínea "l", do item anterior.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT/SINFRA
Fl. 326
Nome R
Area

Anexo - II.2

Funções Operacionais e Administrativas

Handwritten marks: a checkmark and a signature.



PROT./SINFRA
Fl. 327
Nome R
Area

Anexo II : Programa de Exploração da Rodovia

Anexo - II.2 – Funções Operacionais e Administrativas

1. Atuação Inicial

Já existe na praça de pedágio equipamentos que atendem, satisfatoriamente o sistema operacional.

São equipamentos que foram adquiridos pelo Estado, fazendo parte da rodovia em questão.

Esses equipamentos estão relacionados a seguir e serão repassados a Concessionária sob termo de cessão de uso, que deverá mantê-los em perfeitas condições, substituindo-os, quando necessário, para reposição ou modernização, devendo entregá-los todos quando do término do contrato de concessão, como parte integrante da rodovia. A operação racional desses equipamentos é necessária para o adequado funcionamento do sistema de cobrança de pedágio, manutenção do segmento rodoviário e conforto e segurança do usuário.

A Concessionária, tão logo assuma a administração do sistema viário, deverá empreender-se em um programa de ação de modo a dar plena continuidade ao trabalho desenvolvido, oferecendo total condições de segurança e conforto aos usuários.

Esse programa deve compreender a imediata adequação de todos os serviços existentes, mediante o treinamento, a uniformização, a identificação e a padronização de procedimentos de todo o pessoal envolvido nesses serviços, bem como, a implantação de um eficiente sistema de comunicação com os usuários.

2. Sistema de Monitoração de Tráfego, Comunicação e Transmissão de Dados

2.1. Conceitos Básicos

Fica estabelecido no presente Edital, que os serviços correspondentes às funções operacionais e o apoio aos serviços não delegados deverão se basear em sistema de monitoração, integrado a um Centro de Controle de Operações (CCO) localizado na Praça de Pedágio, que, por sua vez, deverá coordenar e controlar todas as funções operacionais, mediante a operação, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT/SINFRA
Fl. 328
Nome R
Area

Patrimônio da Rodovia 242, trecho: Sorriso - Ipiranga do Norte					
QTD	DESCRIÇÃO	PROPRIEDADE	DESATIVADO	VLR UNT.	DATA
1	Nível I: EQUIPAMENTO PEDÁGIO C/ CONTRATO: 02 Microcomputadores industriais cada qual com um processador Intel Pentium IV 2,6GHz, 256 MB de memória DDR, HD de 40GB, teclado, monitor de 15", impressora térmica, detector de massa metálica, armário elétrico, placa digitalizadora, câmera de vídeo, alarme de violação, semáforos, cancela, conjunto de sensores óticos para contagem de eixos, leitora (antena) de cartão smartcard mifare, juntos às suas respectivas licenças de software de via Maximvia nível 1, documentações técnicas e operacionais, uma leitora) de cartão smartcard mifare sobressalente.	SINFRA	02 - leitora, 01 - Impressora,	89.011,99	4/8/2006
1	Nível II: 01 Servidor ML110 G3 com processador Intel Pentium 4 3.2 GHz, 02 GB de memória, HD SATA de 80 GB, Rede 10/100, Unidade de fita DAT 36/72 GB interna, Teclado, Monitor 15", impressora multifuncional, Switch Baseline 16 portas 10/100 não gerenciável junto a sua licença de software de via Maximvia nível 2	SINFRA		55.381,00	21/6/2007
1	Via Reserva: 01 Microcomputador Industrial com processador Intel Pentium 4 2.6 GHz, 256 MB de memória, HD 40 GB, Placa de rede 10/100 Mbps, monitor 15", Placa Interface PCI-1762 32canais, Impressora térmica não-fiscal, sensores óticos, placa de controle de sensores óticos, placa digitalizadora 30fps 1 canal.	SINFRA	01- TUDO	13.952,26	21/6/2007
1	Controlador: 01 Microcomputador com 512 MB de memória, HD 80 GB, teclado, mouse, monitor 15", juntos à sua respectiva licença de software de via Maximvia nível 2	SINFRA		1.743,00	22/6/2007
1	Câmeras: 01 Microcomputador com 01 GB de memória, HD 200 GB, processador 2.8 GHz, gravador DVD, slot PCI livre, monitor 15", Nobreak de 1300KVA, Placa PCI RF para rede sem fio, Access Point 802.11g	SINFRA		2.062,00	22/6/2007
1	BALANÇA RODOVIARIA: MARCA PATH: Central eletrônica DAW 300PC nº serie DAW 3BRQ23, placas de pesagem nº 717, 742, modulo de comando de semafaro, PC tipo notebook, marca HP.	SINFRA	01-NOTEBOOK	76.232,85	4/8/2006
1	Processador Pentium IV, DDR256 MB, monitor de 15", teclado.	SINFRA		1.890,00	22/6/2007
1	Processador Pentium IV, DDR256 MB, monitor de 15", teclado.	SINFRA	1	1.890,00	22/6/2007
1	Processador Pentium IV, DDR256 MB, monitor de 15", teclado.	SINFRA	1	1.890,00	22/6/2007
1	Processador Pentium IV, DDR256 MB, monitor de 15", teclado.	SINFRA	1	1.890,00	22/6/2007
1	EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA INVIOVEL, COM 10 MICRO CAMERA COLOR 0.5 LUX LENTE 3,6 MM 470 LINHAS	SINFRA	07-camera	7.900,00	6/6/2007
1	Notebook HP 540, CELERON N530 1GB, 120 GB, W.VISTA HC, COM	SINFRA		1.709,00	13/3/2009
1	Notebook HP 540, CELERON N530 1GB, 120 GB, W.VISTA HC, COM	SINFRA		1.709,00	13/3/2009
1	ANTENA PARABOLICA CENTURY	SINFRA		439,00	22/6/2007
1	ARMARIO 2 PORTAS	SINFRA		340,00	22/6/2007
1	ARMARIO 2 PORTAS	SINFRA		340,00	22/6/2007
1	BALCÃO ARQUIVO C/ 04 GAVETAS	SINFRA		340,00	22/6/2007
1	BALCÃO BERTOLINI 1,20	SINFRA		470,00	22/6/2007
2	BANCADA c/ GAVETEIRO - CAIXA	SINFRA		590,00	22/6/2007
1	BEBEDOURO MASTER FRIO MF 80	SINFRA	1	475,00	22/6/2007
1	BEBEDOURO TROPICALHA MF 80	SINFRA		435,00	22/6/2007
2	CADEIRA GIRATÓRIA	SINFRA		276,00	22/6/2007
1	CADEIRA GIRATÓRIA VANDAFLEX PRETA	SINFRA	1	165,00	22/6/2007



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 329
Nome R
Area

1	BALCÃO ARQUIVO C/ 04 GAVETAS	SINFRA		340,00	22/6/2007
1	CADEIRA GIRATORIA VANDAFLEX	SINFRA		165,00	22/6/2007
10	CADEIRA SIMPLES VANDAFLEX COR AZUL	SINFRA		90,00	22/6/2007
8	CADEIRA SIMPLES COR PRETA	SINFRA	4	90,00	22/6/2007
1	Armário Aéreo Bertolini	SINFRA		200,00	22/6/2007
5	CAMAS SOLTEIRO MADEIRA	SINFRA		99,00	22/6/2007
1	CENTRAL PEABX SXS LEUCOTRON	SINFRA	1	800,00	22/6/2007
5	COLCHÃO DE SOLTEIRO ORTOBOM D33	SINFRA	1	139,00	22/6/2007
1	CONDICIONADOR DE AR 30.000 BTUS ELETROLUX	SINFRA		3.250,00	22/6/2007
1	CONDICIONADOR DE AR 24.000 BTUS ELETROLUX	SINFRA		3.000,00	22/6/2007
1	CONDICIONADOR DE AR 6.000 BTUS ELETROLUX	SINFRA		1.250,00	12/3/2007
1	CONDICIONADOR DE AR 6.000 BTUS ELETROLUX	SINFRA		1.250,00	12/3/2007
10,3	CORTINAS ADMINISTRAÇÃO	SINFRA		67,80	22/6/2007
13,9	CORTINAS BALANÇA	SINFRA		67,80	22/6/2007
9,48	CORTINAS PEDÁGIO	SINFRA		66,50	22/6/2007
1	ESCRIVANIA EM L PARA COMPUTADORES	SINFRA		600,00	22/6/2007
1	ESCRIVANIA EM L PARA COMPUTADORES	SINFRA		600,00	22/6/2007
1	Escrivania para secretária p/ Fax e Microcomputador	SINFRA		1.003,48	22/6/2007
1	FOGÃO CONTINENTAL MIRAGE 4 BOCA	SINFRA		349,00	22/6/2007
1	FOGÃO MULLHER 4B MODERATTO	SINFRA		349,00	22/6/2007
1	GELADEIRA CONTINENTAL 270 L BRANCA	SINFRA		980,00	22/6/2007
1	GELADEIRA CONTINENTAL 270 L BRANCA	SINFRA		980,00	22/6/2007
1	IMPRESSORA TIPO HP MEDELO 3845	SINFRA		290,00	22/6/2007
1	IMPRESSORA TIPO HP MEDELO 3845	SINFRA		375,00	22/6/2007
1	IMPRESSORA TIPO HP MEDELO 3420	SINFRA	1	275,00	22/6/2007
1	IMPRESSORA TIPO HP MEDELO 3550	SINFRA	1	275,00	22/6/2007
1	MESA GRANDE REUNIÃO VANDAFLEX 10 LUGARES	SINFRA		750,00	22/6/2007
1	MESA GRANDE REUNIÃO VANDAFLEX 10 LUGARES	SINFRA		750,00	22/6/2007
1	NO-BREAK NET SMS-NET STATION 1.400	SINFRA		520,00	22/6/2007
1	NO-BREAK EXONTEC 600	SINFRA	1	350,00	22/6/2007
1	NO-BREAK EXONTEC 600	SINFRA		350,00	22/6/2007
1	NO-BREAK NET SMS STATION 1.200	SINFRA		400,00	22/6/2007
1	NO-BREAK NET SMS STATION 1.200	SINFRA		400,00	22/6/2007
1	PIA INOX MARIL 1,20	SINFRA		140,00	22/6/2007
1	RÁDIO MONOCANAL ETELA 250MHZ 2WATS CAN1	SINFRA		3.300,00	22/6/2006
1	TELEVISÃO SEMP TOSHIBA 20 P"	SINFRA		459,00	22/6/2007
1	TELEVISÃO SEMP TOSHIBA 20 P"	SINFRA		459,00	22/6/2007
2	VENTILADOR	SINFRA	2	40,00	22/6/2007
1	MOTOR MWM 229-4 55/50 KVA, GERADOR WEG 220x127	SINFRA		30.000,00	22/6/2007
1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTU	SINFRA		1.540,00	9/4/2007
1	NOTEBOOK HP, PAVILION DV6120, BR	SINFRA		2.799,00	1/3/2007
1	NO-BREAK TS SHARA 1300 VA MONO 1BAT	SINFRA		470,00	8/2/2007
1	APARELHO DE SOLDA 325 AMP.EQUIPADO	SINFRA		1.400,00	17/1/2007
1	MOTO CG 150 JOB RONDA 2007/2007 BRANCA	SINFRA		6.300,00	27/7/2007
1	IMPRESSORA MULTIFUNÇONAMENTO LASER HP M	SINFRA		968,00	21/9/2007
1	EXTINTORES PQS 12 KG	SINFRA		160,00	20/6/2007
1	EXTINTORES PQS 12 KG	SINFRA		160,00	20/6/2007
1	EXTINTORES PQS 12 KG	SINFRA		160,00	20/6/2007
1	EXTINTOR PQS 08 KG	SINFRA		150,00	20/6/2007
1	EXTINTOR PQS 06 KG	SINFRA		140,00	20/6/2007
1	EXTINTOR PQS 04 KG	SINFRA		100,00	20/6/2007
1	CALCULADORA CP- 1900	SINFRA	1	121,00	11/9/2007
1	NO-BREAK NET SMS WINNER 1.300	SINFRA		400,00	22/6/2007
1	IMPRESSORA CUP 2100TH 76 M - BENATH	SINFRA		876,00	28/8/2007
3	Armário de Aço 1,74 mts Quarto Policial	SINFRA		286,60	5/6/2008
1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTU	SINFRA		1.090,00	5/6/2008
3	Micro Cameras - Equipamento Segurança	SINFRA		306,58	14/5/2008
2	Rolpeiros de Aço 20 Portas	SINFRA		700,00	7/3/2008
1	PROCESSADOR P4631 3.0, HD 80 GB, 1 GB, DDR	SINFRA		650,00	25/2/2008
1	Notebook Positivo Z-63 512 MB, 80 HD VISTA	SINFRA		1.469,00	23/4/2008
1	IMPRESSORA CUP 2100TH 76 M - BENATH	SINFRA		1.344,00	17/3/2008
1	Armário de Roupa Quarto Policial 1,98 x 1,23	SINFRA		300,20	5/6/2008
1	Toldo para sombreamento de 25m2 - viatura Polici	SINFRA		2.000,00	13/8/2009



Govorno do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 330
Nome R
Area

2	Cadeiras Aprox Tec. Sulandes Gold	SINFRA		414,00	28/9/2009
1	Condicionador de Ar GWCND9DAND1A3A GREE 12	SINFRA		1.080,00	2/4/2009
1	Mesa escritorio MDF ARVY Tabaco/Branco 3002	SINFRA		450,60	6/4/2009
1	Mesa escritorio MDF ARVY Tabaco/Branco 3003	SINFRA		407,38	6/4/2009
1	Mesa escritorio MDF ARVY Tabaco/Branco 3071	SINFRA		206,49	6/4/2009
1	Windows XP PRO OEN LICENÇA	SINFRA		472,00	11/3/2009
1	Windows XP PRO OEN LICENÇA	SINFRA		472,00	11/3/2009
1	Leitor /Gravador mifare AM 310 - USB (mesa) leitora	SINFRA		968,45	19/2/2009
3	Micro Câmera 1/4 CCD SONY	SINFRA		109,14	26/1/2009
1	Micro Câmera DAY/NIGHT SONY	SINFRA		346,52	24/11/2008
1	Leitor /Gravador mifare AM 310 - USB (mesa) leitora	SINFRA		1.490,00	4/2/2009
1	Cadeiras com Base Giratória-Belo	SINFRA		152,00	7/4/2009
1	Cadeiras com Base Giratória-Belo	SINFRA		152,00	7/4/2009
1	Notebook Itautec C46KH 2GB 160HD DVD RW LIN	SINFRA		1.650,00	2/2/2009
6	Cadeiras Tramontina Atalaia R 92210 BR	SINFRA		40,00	10/6/2008
1	Mesa Tramontina Quadrada Rivera 92304	SINFRA		78,00	10/6/2008
1	Congelador Eletrolux 500 Lts H500 110 v	SINFRA		1.500,00	20/2/2008
1	Mesa 1,56m c/gaveteiro 2 gavetas	SINFRA		430,00	23/3/2007
1	Colchão Solteiro Ortobom Light	SINFRA		199,00	26/4/2007
1	No-Break SMS 1.2Kva Bi Net Station Blak	SINFRA		525,00	8/8/2009
2	Microcameras Color Day/Night	SINFRA		305,72	23/2/2008
4	Colchões Solft Ortobom	SINFRA		160,00	2/12/2007
2	Beliche MS Barrence	SINFRA		160,00	2/12/2007
1	Capacete Simples	SINFRA		75,00	30/7/2007
1	Cadeira Giratória c/braco	SINFRA		285,89	26/7/2007
1	Cadeira Giratória Azul	SINFRA		154,21	26/7/2007
1	Cadeira Giratória c/braco	SINFRA		280,79	26/7/2007
1	Antena p/Internet Onidreicon c/cabo e conector	SINFRA	1	400,00	25/5/2007
1	Baú, suporte, pedaleira p/Moto	SINFRA		220,00	30/7/2007
1	Impressora Térmica Olivetti.	SINFRA		1.200,00	17/1/2007
1	Relógio Ponto T. 1.000 Bio	SINFRA		2.100,00	3/5/2007
2	Colchão de Solteiro Ortobom D-33	SINFRA		189,00	10/7/2008
2	Mesa em Madeira e MDF	SINFRA		225,00	20/6/2008
1	Bebedouro 100 litros	SINFRA		900,00	19/5/2008
1	Ventilador Verticval Parede	SINFRA	1	144,00	21/11/2007
2	Radio Talkbout	SINFRA	2	160,00	14/8/2007
2	No-Break SMS 1.4 Kva - SMS 1300 Winter Graf.	SINFRA		550,00	25/6/2007



PROT./SINFRA
Fl. 331
Nome R
Area

2.2. Descrição, Especificações e Níveis de Serviço

2.2.1. Sistema de Monitoração / Sensoriamento de Tráfego

Esse sistema já se encontra instalado na praça de pedágio, que deverá permitir o acompanhamento da evolução quantitativa e qualitativa do tráfego no trecho. Deverá a Concessionária, de imediato, disponibilizar para a AGER e SINFRA acesso remoto de todos esses dados através da internet, "VIA APLICATIVOS WEB/SITE HTTP", com disponibilidade integral em tempo real, inclusive com a visualização e emissão de relatórios e acesso ao sistema de monitoramento de câmeras de vídeo.

2.2.2. Sistema de Transmissão de Dados

Deverá ter uma arquitetura que permita a cobertura de todos os dados e informações do sistema viário, possibilitando a coleta, o tratamento e o processamento através do Centro de Controle de Operações da Concessionária, instalado na Praça de Pedágio.

A Concessionária obrigatoriamente disponibilizara a AGER e SINFRA acesso remoto de todos esses dados através da internet "VIA APLICATIVOS WEB/SITE HTTP", com disponibilidade integral em tempo real, inclusive com a visualização e emissão de relatórios e acesso ao sistema de monitoramento de câmeras de vídeo.

2.2.3. Centro de Controle de Operações (CCO)

Caberá ao CCO, com o atual sistema implantado, exercer a monitoração rotineira do tráfego do sistema rodoviário e coordenar as ações do Sistema de Atendimento aos Usuários, bem como, das unidades de Inspeção de Tráfego, acionando todos os recursos necessários às intervenções operacionais, inclusive de outras entidades, tais como, Polícia Rodoviária, Corpo de Bombeiros, órgãos do Meio Ambiente, Polícia Civil e Polícia Militar, quando for o caso.

O CCO deverá coordenar todos os eventos extraordinários que envolvem operações especiais de qualquer natureza, no sistema rodoviário.

O CCO deverá ser operado por pessoal qualificado e dispor de banco de dados operacionais, destinado a alimentar um sistema de informações "on-line" com a SINFRA e AGER/MT, adequado às necessidades operacionais do sistema viário, incluindo os sistemas de atendimento aos usuários, pedágio, fiscalização e conservação/manutenção.

A Concessionária poderá propor, para aprovação da SINFRA/AGER, melhoria do sistema atual, sem que isso gere direito a reivindicação de alteração de tarifa.

3. Operação do Sistema de Pedágio



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 332
Nome R
Area

3.1. Conceitos Básicos

Os serviços de pedágio compreendem a operação dos postos visando a cobrança de tarifa e o controle do tráfego de veículos, durante 24 horas por dia, e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados .

Desde o início da concessão deverão ser operadas as praças de pedágio existente na rodovia. A tarifa básica, os sentidos de cobrança, bem como a possibilidade de alterações futuras no posicionamento da praças de pedágio, estão previstos no Anexo II.1 – Estrutura Tarifária.

3.2. Descrição, Especificações e Níveis de Serviço

3.2.1. Sistema de Arrecadação

3.2.1.1. Modalidade de arrecadação

De princípio, deve ser dada continuidade ao atual sistema de arrecadação manual, podendo, porém, de imediato, propor a modernização dos equipamentos para permitir a adoção de novos sistemas de arrecadação, sempre de conformidade com a legislação pertinente e dependente de aprovação prévia da SINFRA.

3.2.1.2. Especificações para os Sistemas Automático e Semi-Automático

Caso o sistema existente venha a ser modificado, em havendo a alteração para sistema automático e semi-automático, os mesmos deverão observar o seguinte:

a) Padronização

O sistema de arrecadação deverá atender as diretrizes determinadas pelo Estado, pelo que, os equipamentos terão sua frequência de transmissão e protocolo de comunicação padronizados pelo Poder Concedente. A Concessionária disporá de um prazo a ser definido pelo Poder Concedente, para se enquadrar ao padrão que for definido, padrão esse que deverá manter a criatividade da Concessionária na prática de melhorias e modernização.

b) Comercialização

Caberá a Concessionária, diretamente ou através de terceiros, comercializar os cartões e etiquetas eletrônicas.

c) Auditoria

A SINFRA e AGER/MT realizará auditoria nos softwares de controle empregados para controlar e gerenciar as transações efetuadas nas praças de pedágios .

3.2.2. Níveis de Serviço



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 333
Nome R
Área

Os recursos materiais e humanos deverão ser dimensionados, em função do tráfego previsto, de modo a atender a níveis mínimos de serviço, expressos pelos seguintes indicadores :

a) Tempo de cobrança de tarifa, necessário à operação manual de cobrança da tarifa pelo arrecadador ou equipamento específico, contado entre o instante de chegada do usuário à cabina e a sua liberação, através do semáforo;

• Máximo de 12 (doze) segundos para veículos leves e 20 (vinte) segundos para veículos pesados, em 85% dos casos considerados, em cada grupo, para fins de fiscalização .

Nos 15% restantes o tempo não deverá exceder a média de 1(um) minuto.

b) Tempo de espera na fila, contado entre a chegada de um veículo à praça de pedágio e o seu posicionamento junto a cabina de cobrança;

• Não superior a 1 (um) minuto em 85% das fiscalizações efetuadas. Nos 15% restantes o tempo não deverá exceder a média de 5 (cinco) minutos.

4. Operação do Sistema de Fiscalização de Trânsito e Transporte e Apoio aos Serviços Não Delegados

4.1. Conceitos Básicos

A atividade de fiscalização de trânsito e transporte faz parte do conjunto de serviços não delegados de atribuição exclusiva do Poder Público, que compreende ainda o, policiamento de trânsito e a emissão de outorgas e autorizações.

Caberá à Concessionária executar as atividades de suporte à fiscalização, especialmente no que se refere à pesagem de veículos, as quais serão exercidas nos postos fixos e moveis do sistema, assim como, fornecer os recursos materiais, conforme demanda pré-estabelecida pelo Poder Concedente, para o exercício do policiamento de trânsito e efetuar as análises técnicas das solicitações de autorizações para eventos nas rodovias e transporte de cargas excepcionais.

A função de fiscalização de trânsito e de transporte, deverá compreender a fiscalização de peso dos veículos e as demais atividades de fiscalização dos veículos em trânsito pelo sistema rodoviários, incluindo:

- inspeção veicular
- verificação de documentação
- coibição do roubo de veículos
- coibição do roubo de cargas
- garantia do cumprimento de regras de circulação
- transporte de produtos perigosos
- cargas especiais
- outros

A fiscalização poderá ser efetuada, tanto em postos fixo, como através de unidades moveis.



PROT./SINFRA
Fl. 334
Nome R
Area

4.2. Descrição, Especificações e Níveis de Serviços

4.2.1. Posto Fixo de Fiscalização

O Posto Fixo de Fiscalização é uma unidade rodoviária, que será administrada pela Concessionária e operada em conjunto com o Poder Concedente, tendo por objetivo fornecer suporte para o exercício dos serviços não delegados, os quais compreendem a fiscalização dos veículos e condutores, usuários das rodovias, quanto aos seguintes itens:

- condições gerais de segurança e emissão de poluentes;
- documentação dos condutores e dos veículos;
- documentação e acondicionamento da carga;
- condições físicas/psicológicas dos condutores; e
- excesso de peso e altura.

A Concessionária deverá fornecer apoio e infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades acima mencionadas, compreendendo, serviço de limpeza, segurança patrimonial, material de escritório, equipamentos de apoio e demais instrumentos necessários ao desempenho dessas atividades.

O Posto Fixo de Fiscalização, está localizado na praça de pedágio, operando de forma associada com a mesma, sempre de forma a controlar o maior volume de tráfego possível na rodovia.

a) Módulo de Policiamento Rodoviário.

O Módulo de Policiamento Rodoviário deve ser a base de apoio do policiamento ostensivo na rodovia. Para tanto, sua infra-estrutura deverá ser dotada de instalações e equipamentos que facilitem a execução destas funções.

No Módulo de Policiamento Rodoviário, serão executadas as funções referentes a fiscalização da documentação dos motoristas, dos veículos e das condições físicas e psicológicas dos motoristas.

Para isso, este módulo deverá dispor de equipamentos de comunicação e de acesso ao banco de dados do DENATRAN. Deverá possuir área para inspeção de segurança e para recolhimento de veículos apreendidos .

b) Módulo de Balança

No Módulo de balança, serão executadas as funções referente ao controle do excesso de peso. Suas instalações deverão observar o disposto no item seguinte.

4.2.2. Sistema de Pesagem de Veículos

A operação de pesagem de veículos visa fazer cumprir o disposto na legislação de trânsito vigente, quanto aos limites de peso bruto, por eixo e por veículos.

A

2



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 335
Nome R
Área

Será de responsabilidade direta da Concessionária a operação dos postos fixos de pesagem, compreendendo o controle de entrada e saída dos veículos na praça de pesagem e a operação de pesagem propriamente dita, executada pelos operadores da balança da Concessionária. O exame da documentação, porém, seguido de eventuais emissões de autos de infração serão da responsabilidade de agentes do Poder Concedente, operando no posto, em conjunto com o pessoal da Concessionária.

Os postos deverão operar durante 24 horas por dia.

Além dos postos de pesagem fixa o sistema pode ser complementado com balanças portáteis, destinadas à fiscalização do peso em pontos estratégicos de fuga, não cobertos pelos postos fixos.

Todas as balanças componentes do sistema deverão atender às exigências de precisão do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial) e possuir o certificado de homologação daquele órgão.

O Poder Concedente poderá estabelecer procedimentos que compatibilize todas as balanças da malha rodoviária estadual, inclusive nas rodovias sob concessão, com a finalidade de homogeneizar critérios e padrões, de forma a eliminar a possibilidade de conseqüências legais advindas da ocorrência de discrepâncias entre pesagens de um mesmo veículo, efetuadas em diferentes locais.

4.2.3. Controle de Velocidade

Poderão ser instalados equipamentos para o controle de velocidade dos veículos. Esse controle visa fazer cumprir o disposto na legislação de trânsito vigente, quanto aos limites de velocidade estabelecidos para a rodovia.

Será de responsabilidade da Concessionária a instalação e a operação dos equipamentos de controle de velocidade. Os exames dos registros, porém, seguido de eventuais emissões de autos de infrações, serão da responsabilidade de agentes do Poder Concedente.

Os equipamentos deverão operar durante 24 horas por dia .

Os equipamentos para controle de velocidade deverão registrar a imagem dos veículos infratores. A imagem e os dados necessários para caracterização da infração deverão obedecer a legislação vigente

Os equipamentos deverão ser aprovados pelo Poder Concedente.

4.2.4. Fornecimento de recursos materiais ao policiamento de trânsito

O policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo constitui um serviço não delegado.



PROT./SINFRA
Fl. 336
Nome R
Área

A sua execução caberá a Polícia Militar, porém, a Concessionária deverá prestar o apoio necessário à execução deste serviço, através do fornecimento de recursos materiais, de conformidade com a demanda estabelecida pelo Poder Concedente.

As especificações, bem como, os quantitativos referentes a esses recursos deverão ser definidos a partir de entendimentos prévios com os órgãos responsáveis pelo policiamento, sempre através do Poder Concedente.

O fornecimento de recursos, bem como, o relacionamento com a Polícia Militar, no âmbito operacional e administrativo poderão ser disciplinados mediante convênio a ser celebrado entre a Concessionária e os órgãos responsáveis pelo policiamento, com a interveniência do Poder Concedente.

Para a operacionalização desse contingente militar no policiamento de trânsito, deverá a Concessionária fornecer, basicamente, as diárias quando se referir a policiais que não sejam do efetivo de Sorriso ou Ipiranga do Norte; transporte desses policiais; manutenção da viatura militar; e, notebook interligada a internet, possibilitando acesso e pesquisa no sistema de cadastro de veículos do DETRAN/MT.

4.2.5. Instrução e Fundamentação Técnica de Solicitações de Autorizações e Outorgas

A emissão de Autorizações e Outorgas pelo poder público, constitui serviço não delegado, conforme definido pelo regulamento da concessão.

Caberá à Concessionária prestar o apoio que se fizer necessário à execução desses serviços, especialmente no que se refere à elaboração de estudos objetivando a fundamentação técnica, bem como, a instrução dos pedidos e solicitações de transporte de cargas excepcionais, autorizações e outorgas efetuados pelos interessados e o seu posterior encaminhamento ao Poder Concedente, atendida a legislação, em especial os prazos legais e a ordem cronológica da entrada dos pedidos.

5. Operação do Sistema Viário, Segurança e Conforto dos Usuários

5.1. Conceitos Básicos

Um sistema de monitoração e operação do tráfego da rodovia concomitante com a prestação de atendimento aos usuários, faz parte do conjunto de funções operacionais destinadas a proporcionar segurança e conforto aos usuários da via.

O bloqueio das pistas causado por acidentes e os veículos parados nos acostamentos com motoristas solicitando ajuda, reduzem a capacidade da via causando impacto ao tráfego e aumentando o risco de novos acidentes. Os sistemas de Atendimento ao Usuário e Monitoração de Tráfego deverão ter como objetivo básico, manter os níveis de segurança e da capacidade de projeto da rodovia, pela desobstrução imediata das

A

2



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
R. 337
Nome R
Area

pistas de rolamento, a devolução rápida à via dos veículos parados nos acostamentos, bem como, a prestação de primeiros socorros a vítimas de acidentes .

Essas atividades incluem as operações especiais necessárias a atender a situações de pico, de desvios de tráfego para a execução de obras, e/ou transportes de cargas excepcionais, de esquemas de emergência, de incêndios na faixa de domínio, de adversidades climáticas como chuva e neblina, assim como, a todas as atividades de coordenação operacional envolvendo outras entidades no sistema viário. Essas operações devem ser programadas para implantação em ocasiões específicas, de modo a não prejudicar o desempenho do tráfego do sistema viário.

O planejamento destas operações deverá ser previamente submetido à aprovação do Poder Concedente, ouvido o Poder Regulador, e em seguida ter ampla divulgação aos usuários e meios de comunicação.

5.2. Segurança dos Usuários

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar Programa de Segurança dos Usuários, destinado a promover a segurança desses no uso do sistema viário, em conformidade com os projetos do Poder Concedente, desenvolvido em conjunto com a AGER/MT, prevendo ações sobre os elementos geradores de acidentes de trânsito, a saber, a via, o veículo e o elemento humano, distribuídas conforme segue:

a) Ações de Engenharia, sobre a via e seus elementos constitutivos, visando a melhoria e/ou otimização das suas condições.

b) Ações Operacionais, sobre a via e o elemento humano, prevendo procedimentos para:

- emergências envolvendo o transporte de produtos perigosos;
- inundações, deslizamentos e catástrofes em geral;
- presença de animais na faixa de domínio;
- incêndio na faixa de domínio e áreas limdeiras; e
- situações de neblina e condições climáticas adversas.

c) Ações de Educação, tendo por objeto o elemento humano, prevendo:
• suporte às campanhas educativas promovidas pelo Poder Concedente; e
• ação junto a comunidade limdeira.

d) Ações Coercitivas, sobre o elemento humano e os veículos, prevendo suporte às atividades de fiscalização de trânsito e transporte, policiamento ostensivo e repressivo de trânsito e inspeção de veículos em geral, promovidas pelo Poder Concedente.

5.3. Descrição, Especificações e Níveis de Serviços

5.3.1. Acompanhamento da Evolução do Tráfego

Para fins de acompanhamento da evolução do tráfego no segmento rodoviário, a Concessionária deverá, com base na leitura que se faz dos veículos que passam pela



PROT./SINFRA
Fl. 338
Nome R
Area

barreira do pedágio, elaborar um fluxograma do tráfego de modo a evidenciar a sua evolução, por classe de veículos, mantendo banco de dados com essas informações, permanentemente atualizadas e acessíveis em tempo real, pelo Poder Concedente.

5.3.2. Sistema de Atendimento aos Usuários (SAU)

O Sistema de Atendimento aos Usuários deverá compreender primeiros socorros a acidentados, com eventual remoção das vítimas a hospitais de retaguarda, Serviço de Guincho, com desobstrução da pista e eventual remoção do veículo para pátios preestabelecidos ou oficinas.

Esses serviços deverão ser inteiramente gratuitos, operando durante 24 horas por dia, o ano todo, através de unidades móveis, baseadas na praça de pedágio.

O SAU deverá contar com o apoio das unidades móveis de Inspeção de Tráfego, para detecção de ocorrências e situações que exijam intervenção, bem como, para execução de sinalização de emergência, necessária nos atendimentos.

As especificações e níveis de serviço para o Sistema de Atendimento aos Usuários são as seguintes:

a) Serviço de Primeiros Socorros a Acidentados (do SAU)

Compreende a existência de uma unidades móveis de resgate (ambulância) equipadas para atendimento de primeiros socorros e remoções, de vítimas de acidentes ocorridos no segmento rodoviário.

A unidade móvel de resgate, tipo C, permanecerá baseada na praça de pedágio, devendo ser operada por equipe do Corpo de Bombeiro Militar, que possui treinamento específico para este fim, sempre que fizer necessário diante da ocorrência.

O fornecimento de recursos humanos, bem como, o relacionamento com o Corpo de Bombeiro Militar, no âmbito operacional poderão ser disciplinados mediante termo de compromisso a ser celebrado entre a Concessionária e os órgãos responsáveis, com a intervenção do Poder Concedente.

b) Serviço de Guincho (SAU)

Compreende a existência de veículo guincho, de porte médio, que permanecerá baseada na praça de pedágio, devendo ser acionado sempre que fizer necessário, para desobstrução de pista e eventual remoção para pátios preestabelecidos ou oficinas.

c) Serviço de Inspeção de Tráfego

O Serviço de Inspeção de Tráfego deverá contar com unidades móveis destinadas a circular permanentemente pelas rodovias com o objetivo de detectar a necessidade



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 339
Nome R
Area

de ajuda ao usuário, inspecionar as pistas e a faixa de domínio, quanto a irregularidades, necessidade de manutenção, presença de animais, etc., e participar ativamente na ocorrência de neblina, incêndio na faixa de domínio, acidentes, remoção de animais e outras situações de emergência, providenciando sinalização de emergência e desvios de tráfego, além de apoio aos demais serviços.

Caberá aos Serviço de Inspeção de Tráfego, também, acompanhar o transporte de cargas excepcionais e proporcionar suporte à fiscalização desses transportes, bem como, outros serviços não delegados, incluindo as atividades afetas à Polícia Rodoviária.

O serviço será responsável pela inspeção da faixa de domínio e das pistas, visando detectar quaisquer irregularidades e ocorrências, bem como, a presença de usuários necessitando atendimento. Caberá ao serviço prestar apoio a toda e qualquer operação realizada na rodovia.

5.3.3. Sistema de Comunicação com o Usuário

A Concessionária deverá produzir e editar informativos periódicos, permanentemente atualizados, a ser disponibilizados gratuitamente aos usuários, especialmente nas praças de pedágios e bases operacionais, divulgando elementos importantes de interesse da concessão e usuários, em especial os valores das tarifas de pedágios, pesos máximos permitidos, locais de acessos e saídas, além de matérias sobre assuntos diversos ligados à RODOVIA.

Outro lado dessa comunicação, é a abertura de espaço fazendo os usuários procurarem a Concessionária para apresentar reclamações e sugestões, tendo como objetivo o recebimento, análise, tomada de decisão e emissão de resposta em relação às reclamações e sugestões apresentadas pelos usuários.

Esse serviço pode ser desenvolvido com a disponibilização, na praça de pedágio ou ponto importante, de caixas de coletas de sugestões e reclamações dos usuários. Outro meio é a divulgação através de painéis os telefones da SINFRA e AGER/MT, em especial de suas Ouvidorias, como também da própria Concessionária por meio de telefones gratuitos.

6. Fiscalização e Auditoria

A SINFRA e AGER/MT exercerão a fiscalização dos serviços correspondentes às funções operacionais, mediante ações de campo, visando verificar a conformidade dos serviços com os padrões mínimos exigidos, assim como, através de auditorias específicas, regulares ou extraordinárias, no sentido de apurar eventuais irregularidades detectadas pela fiscalização.

6.1. Sistema de Informações

A fim de permitir e facilitar os processos de fiscalização e auditoria, a Concessionária deverá implantar um sistema de informações, consubstanciado em demonstrativos



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 340
Nome R
Area

e/ou relatórios que permitam o acompanhamento, pela SINFRA e AGER Poder Concedente, dos dados referentes a todos os serviços correspondentes às funções operacionais.

O sistema de informações deverá contemplar acesso a informações diárias, semanais, mensais e anuais, observando a seguinte sistemática:

6.1.1. Informações diárias e semanais

A Concessionária deverá manter à disposição da entidade fiscalizadora, banco de dados informatizado, permitindo acesso a informações compreendendo, mas não restritas a:

- volume de tráfego horário, registrado nos pedágios, ordenado por classes de veículos;
- número de cabinas em operação, durante os turnos;
- resultados diários da arrecadação, por cabina operante;
- número de pesagens, ordenadas por classe de veículos e por excesso de peso;
- horas de balança em operação, à disposição e em manutenção;
- número de eventos de atendimento aos usuários, ordenados por tipos de evento, segundo os serviços envolvidos;
- indicações dos intervalos de tempo de atendimento de cada serviço envolvido nos eventos, de modo a permitir a sua tabulação;
- mapeamento de todos os acidentes ocorridos no sistema viário, com indicações sobre a sua natureza; e
- resumo das principais ocorrências de tráfego no sistema viário.

6.1.2. Informações mensais e anuais

A Concessionária deverá emitir relatórios mensais e anuais contendo os resumos dos dados estatísticos e das ocorrências operacionais, de forma a permitir análise do comportamento sazonal das operações de pedágio, operações de pesagem, fiscalização de trânsito e transporte, operações de tráfego e atendimento aos usuários.

6.1.3. Banco de dados do CCO

A Concessionária deverá manter a disposição do Poder Concedente e o Poder Regulador, permitindo acesso a qualquer tempo, a todos os dados e informações operacionais disponíveis, através do banco de dados do CCO, inclusive as referentes a pedágio, pesagem, ocorrências de trânsito e conservação/manutenção rodoviária, para fins de fiscalização e auditoria.

Por acesso remoto, através da internet e "VIA APLICATIVO WEB/SITE HTTP", ficarão esses dados e informações em disponibilidade integral e em tempo real, para visualização e emissão de relatórios e acesso ao sistema de monitoramento de câmeras de vídeo.



PROT./SINFRA
Fl. 341
Nome A
Area

7. Serviços Complementares

Os serviços complementares, a serem executados por terceiros, conforme previsto no Regulamento da Concessão, dependerão da aprovação prévia do Poder Concedente, após manifestação positiva da AGER/MT.

A CONCESSIONÁRIA, observada a legislação vigente, definirá as condições de prestação dos serviços, especialmente no que se refere aos aspectos operacionais.

8 – Das Sanções Administrativas

A inobservância dos padrões estabelecidos para os serviços constante deste Anexo, no que diz respeito ao cumprimento dos prazos fixados ou qualidade dos serviços prestados, principalmente aos usuários, sujeitará a Concessionária à multa de 20 UPF's/MT e, em caso de situação continuada, será acrescida de 10 UPF's por dia, até a sua conclusão.

A penalidade, neste caso, será aplicada pela AGER/MT, e caso a Concessionária não proceda ao pagamento da multa no prazo estabelecido, a AGER/MT poderá, através da SINFRA, utilizar a caução prestada nos termos previstos neste Edital.

9 – Elaboração da Proposta

A seguir estão apresentados os quadros que servirão de base para demonstrar a composição dos custos decorrentes das Funções Operacionais – Administrativas.

Esses quadros são os seguintes:

- Quadro - Resumo 1 - Administração e Funções Operacionais - Pessoal;
- Quadro - Resumo 2 - Despesas de Consumo;
- Quadro - Resumo 3 - Despesas Diversas;
- Quadro - Resumo 4 - Administração e Funções Operacionais - Orçamento Resumo (Custos Anuais).

9.1 - Administração e Funções Operacionais - Pessoal

O objetivo deste quadro é demonstrar toda a despesa com o pessoal da Concessionária durante o período do contrato. Aqui não deve ser apresentada qualquer despesa com pessoal de manutenção da rodovia, visto que eles serão elencados em momento próprio.

Na discriminação vertical, deverão ser apresentadas, por área de atuação, as diversas funções relacionadas com a Administração e Operação.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 342
Nome A

Essa discriminação vertical, está distribuída em 4 (quatro) áreas de atuação:

- Administração e Gerenciamento;
- Operação (Tráfego e Serviços de Atendimentos aos Usuários/SAU);
- Praça de Pedágio; e,
- Auxílio a Serviços não Delegados.

Na discriminação horizontal, estão, primeiramente apresentadas a composição da despesa de pessoal, de forma individualizada, por função.

No roda-pé do quadro estão as orientações para preenchimento.

Por se tratar de rodovia que já está sendo pedagiada, os valores apresentados deverão manter-se mais ou menos constantes, devendo uma oscilação mais significativa, ser acompanhada de justificativa.

Os valores encontrados deverão ser transportados para o Quadro – Resumo 4, no item referente a Pessoal.

9.2 - Despesas de Consumo

Aqui o objetivo é demonstrar, por ano do contrato o total das diversas despesas de consumo.

Mantém-se as áreas de atuação, mas desta vez subdivide por unidade, da seguinte maneira:

- Administração e Gerenciamento – subdividir por unidade administrativa (Diretoria, setor financeiro, de pessoal, apoio logístico, etc.);
- Operação (Tráfego e Serviços de Atendimentos aos Usuários/SAU) – subdividir por serviços operacionais (Inspeção de Trânsito, Primeiros Socorros, Serviços de Guincho, etc.);
- Praça de Pedágio – considerar a praça de pedágio, subdividindo se entender necessário; e,
- Auxílio a Serviços não Delegados: subdividir em policiamento de trânsito, base de pesagem, fiscalização em geral.

A rigor, as subdivisões apresentadas em cada área de atuação devem, em princípio, corresponder a estrutura organizacional pretendida pela Concessionária, devendo,



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 343
Nome R

porém, todas as despesas de consumo ser consideradas, com exceção daquelas pertinentes a manutenção da via que serão demonstradas em momento próprios.

Os resultados, ano a ano, deverão ser transportados para o Quadro – Resumo 4, no item referente a Despesas de Consumo.

9.3 - Despesas Diversas

Neste quadro deverá ser apresentado as demais despesas, notadamente as referentes a "Serviços de Terceiros" e "Aluguéis", ou outras que entender importante.

Deverá ser apresentado ano a ano do contrato e o resultado ser transportados para o Quadro – Resumo 4, no item referente a Despesas Diversas.

9.4 - Administração e Funções Operacionais - Orçamento Resumo

Neste quadro fica demonstrado o orçamento resumo, em valores anuais, durante o período do contrato, de todas as ações relativas a administração e funções operacionais.

9.5 – Equipamento/Veículos

Deverá ser previsto, também, a aquisição de veículos para desenvolver os Serviços de Atendimento aos Usuário e Inspeção de Tráfego.

O Quadro – Resumo – 5 atende esta previsão.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
F. 345
Nome R
Área

Quadro - Resumo 2 - Despesas de Consumo

Área	Ano (1, 2 ...,19, 20)					
	Mat. Escritório	Energia Elétrica	Combustível	Telefone	Mat. Diversos	Total
Administ/Gerenciamento						
(1)						
Total						
Operação (Tráfego e SAU)						
(1)						
Total						
Praça de Pedágio						
(1)						
Total						
Auxílio a Serv. não Delegados						
(1)						
Total						
Total Geral						

(1) - ver a orientação dada no item 8.2, acima.

Quadro - Resumo 3 - Despesas de Serviços

Discriminação	Ano (1, 2 ...,19, 20)
Serviços de Terceiros (1)	
Total	
Aluguel (1)	
Total	
Total Geral	



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 346
Nome R
Area

Quadro – Resumo 4 - Total Despesas Administrativas/Operacionais

Discriminação	Ano (1, 2 ...,19, 20)
1. Pessoal	
1.1. Administ./Gerenciamento	
1.2. Operação (Tráfego e SAU)	
1.3. Praça de Pedágio	
1.4. Auxílio a Serv. Não Delegado	
Total de 1	
2. Despesas de Consumo	
2.1. Administ./Gerenciamento	
2.2. Operação (Tráfego e SAU)	
2.3. Praça de Pedágio	
2.4. Auxílio a Serv. Não Delegado	
Total de 2	
3. Despesas Diversas	
3.1. Serviços de Terceiros	
3.2. Aluguéis	
Total de 3	
Total Geral	

Quadro – Resumo 5 - Equipamentos/Veículos

EQUIPAMENTO PARA ATENDIMENTO MÉDICO	
Ambulância Tipo C (Resgate)	
Veículo	
Adaptação e Equipamentos Básicos	
Acessórios para Resgate e outros	
REMOÇÃO DE VEÍCULOS E CARGAS	
Guincho Leve	
Veículo	
Adaptação e Equipamentos Básicos	
Acessórios	
INSPEÇÃO	
Veículo	
Total	



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 347
Nome R
Area

Anexo - II.3

Serviços da Manutenção da Rodovia



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 348
Nome R
Ass.

Anexo II : Programa de Exploração da Rodovia

Anexo - II.3 – Serviços da Manutenção da Rodovia

1 - Programa Intensivo Inicial

A CONCESSIONÁRIA, tão logo assuma a administração da rodovia deverá empreender um "Programa Intensivo Inicial" que terá por objetivo verificar se existe a ocorrência de problemas distintos no trecho objeto da concessão, tanto no corpo estradal, como no entorno da faixa de domínio. Em existindo, deverá promover a sua eliminação.

Este Programa deverá abranger um conjunto de providências direcionadas aos locais mais críticos de utilização das rodovias, donde pode destacar:

- remoção de detritos, lixo e entulhos das plataformas, do corpo da rodovia;
- retirada e substituição de dispositivos de segurança danificados;
- poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização na rodovia, principalmente em locais como praças de pedágio e balança, trevos, polícia rodoviária, SAU, etc.;
- execução de operação tapa buracos em toda a via;
- complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização horizontal e vertical;
- desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial;
- limpeza geral de pista de rolamento, acostamento e laterais de faixa de domínio;
- recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais;
- correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais.

Tais serviços deverão ter início imediatamente após a transferência do controle a CONCESSIONÁRIA devendo estar concluído num prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da transferência de controle, de modo a oferecer em breve tempo, melhor aspecto de segurança e conforto na utilização da via.

Todos os trabalhos acima a serem executados pela CONCESSIONÁRIA, deverão ser realizados através de equipes especializadas, devidamente uniformizadas e equipadas com dispositivos de sinalização de obras nas pistas, visando garantir a segurança e fluidez do tráfego, durante os serviços.

2 Conservação de Rotina

2.1 Conceitos Básicos

2.1.1. Conservação/Manutenção de rotina

É conceituada como o conjunto de serviços que são executados, em uma rodovia em tráfego, de acordo com padrões ou níveis preestabelecidos, visando manter os elementos construtivos da rodovia tão próximos quanto possível, técnica e

4

2



PROT./SINFRA
Fl. 349
Nome A
Área

economicamente, das condições originais em que foram construídos ou reconstruídos, objetivando preservar os investimentos, garantindo a segurança do tráfego, o conforto do usuário, além de manter o fluxo racional e econômico dos veículos.

2.1.2. Planejamento

A conservação/manutenção de rotina de uma rodovia é uma função básica de sua operação. A conservação/manutenção exige que diariamente, ao longo do tempo, que sejam executados serviços que requerem uma gama variada de recursos de mão-de-obra, equipamentos, veículos, materiais e ferramentas.

Para poder administrar a conservação/manutenção com eficiência e economia, a CONCESSIONÁRIA deve dispor de um sistema de administração cujos componentes essenciais estão abaixo destacados:

- Inventário rodoviário, que identifica e quantifica todos os elementos constituintes da rodovia que geram serviços de conservação/manutenção;
- Padrões de conservação/manutenção;
- Identificação dos serviços de conservação/manutenção necessários para manter aqueles elementos em nível adequado;
- Programa anual de trabalho;
- Relatórios informatizados, para análise em diversos níveis gerenciais, de eficiência e custos.

Esses componentes concorrem, ao final para que as atividades da conservação/manutenção se cumpram pontualmente como resultados da melhor combinação entre planejamento e recursos a serem alocados.

2.1.3. Inventário Rodoviário

Uma rodovia é constituída por vários elementos, tais como, terraplenagem, pavimento, obras de arte especiais, obras de arte correntes, drenagem superficial e profunda, revestimento vegetal, elementos de segurança, sinalização horizontal e vertical, equipamentos de segurança e controle de tráfego, cercas, iluminação nas praças de pedágios, prédios e pátios operacionais e de suporte, etc.

Para que se possa planejar e administrar a conservação/manutenção de rotina de uma rodovia, torna-se necessário, em primeiro lugar, conhecer todos esses

elementos, pois são eles, no final que irão gerar os serviços de conservação/manutenção.

Todos estes elementos devem ser quantificados, e, para tanto, é preciso efetuar seu levantamento e cadastro. Esse cadastro é o "inventário rodoviário" para subsidiar a conservação/manutenção de rotina.

A Concessionária terá 90 (noventa) dias da assinatura do contrato para elaborar esse inventário rodoviário e, a partir daí, mantê-lo, permanentemente atualizado.



PROT./SINFRA
N.º 350
Nome R
Área

2.1.4. Padrões de conservação/manutenção

Os padrões de conservação/manutenção pré-fixados estabelecem um critério de execução para estes serviços, visto que eles definem o aspecto ou função que a rodovia deve apresentar como resultado, de forma a permitir que o pessoal envolvido nos serviços estabeleçam os custos para o sistema viário.

A fixação dos padrões de conservação/manutenção podem ser afetados por inúmeras variáveis, tais como, tipo ou classe da rodovia e de seus entornos, topografia, solo, condições climáticas, volume e tipo de tráfego, idade do pavimento e sua estrutura, projetos geométricos, etc.

Os padrões de conservação/manutenção podem ser estabelecidos de diversas formas: por valor numérico, por uma descrição ou por uma determinação da frequência na execução dos serviços, dentre outros critérios.

Os padrões dos serviços de conservação/manutenção na execução dos trabalhos da CONCESSIONÁRIA devem respeitar no mínimo as condições abaixo:

- Os serviços de conservação/manutenção rodoviária deverão ser executados, tendo como referência, as especificações, normas, procedimentos existentes e/ou outros que vierem a ser aprovados ou modificados pela SINFRA.
- No caso em que os objetos dos serviços não possuam especificações da SINFRA/DNIT, prevalecerão as normas editadas pela ABNT e em caso de sua inexistência, prevalecerão as indicações da SINFRA.

2.2 Estruturação dos Programas

Para organizar e facilitar o entendimento da conservação/manutenção rodoviária de rotina, ela foi dividida em programas, a saber, aplicável no que couber.

- a) Pavimento
 - a.1.) Pavimento Flexível
 - a.2.) Revestimento Primário

- b) Faixa de Domínio
 - b.1.) Conservação do Revestimento Vegetal
 - b.2.) Controle de Pragas
 - b.3.) Limpeza Manual
 - b.4.) Lixo e Entulho
 - b.5.) Limpeza Mecânica
 - b.6.) Combate a Erosão
 - b.7.) Paradas de Ônibus e Monumentos

- c) Drenagem
 - c.1.) Drenagem Superficial
 - c.2.) Drenagem Profunda



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 351
Nome R
Area

- d) Segurança Rodoviária**
 - d.1.) Defensas Metálicas**
 - d.2.) Barreiras de Concreto**
 - d.3.) Cercas, Alambrado e Telamento**
 - d.4.) Guarda-corpos e Balaustres**
 - d.5.) Atenuadores de Impacto**

- e) Sinalização**
 - e.1.) Sinalização Horizontal**
 - e.2.) Sinalização Vertical**
 - e.3.) Tachas Refletivas**
 - e.4.) Balizadores e Delineadores**

- f) Estruturas**
 - f.1.) Pontes**
 - f.2.) Estruturas Metálicas**
 - f.3.) Obras de arte corrente (galerias, contenções, muros de arrimo, etc.)**

- g) Edificações e Pátios Operacionais e de Suporte**
 - g.1.) Prédios e Pátios Operacionais e de Suporte**

- h) Sistemas de Controle e Automação**
 - h.1.) Sistemas de Registro e Controle de Arrecadação de Pedágio**
 - h.2.) Sistema de Registro e Controle de Pesagem de Veículos**
 - h.3.) Sistema de Telemetria**
 - h.4.) Sistema de Registro e Controle de Fluxo de Tráfego**
 - h.5.) Painéis de Mensagens e Sinais Variáveis**

- l) Sistemas de Telecomunicação**
 - l.1.) Transceptores Fixos**
 - l.2.) Transceptores Móveis e Portáteis**
 - l.3.) Estações Repetidoras**
 - l.4.) Telefonia Comercial**
 - l.5.) Telefonia de Emergência - Via Cabo**

- j) Iluminação**
 - j.1.) Iluminação do Pátio**
 - j.2.) Iluminação Predial**
 - j.3.) Sinalização Luminosa**

- l) Eletrificação**
 - l.1.) Subestações e Cabinas Primárias**
 - l.2.) Motogeradores**
 - l.3.) Sistemas "No Break"**



PROT./SINFRA
Fl. 352
Nome R
Area

2.3 Descrição e Padrões para os Programas

2.3.1. Pavimento

2.3.1.1. Descrição

Este programa compreende o reparo de:

- panelas;
- afundamentos de pequena extensão;
- bordos quebrados;
- restauração de base e capa de rolamento em pontos críticos;
- correção de trincas e depressões em pavimentos flexíveis.

Estes trabalhos devem se desenvolver na pista de rolamento e acostamentos da rodovia e suas interseções, bem como nas demais superfícies pavimentadas compreendendo acessos, pátios, entornos de prédios operacionais e de suporte e utilidades públicas.

2.3.1.2. Padrões

a.1.) Pavimento Flexível e Semi Rígidos

- Panela ou buraco na pista de rolamento: reparo imediato, prazo máximo para correção: 24 (vinte e quatro) horas.
- Depressão em encontro de obra de arte: reparo imediato, prazo máximo para correção: 24 (vinte e quatro) horas.
- Depressão ou recalque de pequena extensão: reparo programável para execução em no máximo 5 dias.
- Substituição de pista de rolamento de extensão mediana comprometida: reparo programável para execução em no máximo um mês.
- Selagem de trincas: execução no mínimo uma vez ao ano, de preferência no período que antecede a época de chuvas.

a.2.) Revestimento Primário

- Reconformação de segmentos não pavimentados: quatro vezes ao ano.
- Reposição de material em segmentos não pavimentados: uma vez ao ano.

2.3.2. Faixa de Domínio

2.3.2.1. Descrição

Este programa compreende os serviços de poda manual e mecanizada do revestimento vegetal, limpeza e varredura da pista de rolamento, remoção de lixo e entulho da faixa de domínio.

O material resultante da poda do revestimento vegetal e da limpeza deve ser recolhido para local pré-determinado e que não afete o sistema de drenagem da via, e nem cause mau aspecto visual ao usuário.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 353
Nome R
Area

A limpeza e varredura de plataformas devem ser executadas na pista de rolamento e acostamentos onde ocorrem sedimentação de solo e eventual lixo.

Nos entornos de praças de pedágio, balanças e postos da Polícia Militar, estes serviços devem ser intensificados, dada a elevada passagem de veículos e circulação de pedestres.

Lixo e entulho existentes na faixa de domínio da via e em suas interseções devem ser removidos e transportados para locais adequados.

Animais mortos devem ser removidos da faixa de domínio e enterrados em local apropriado.

Os taludes de corte ou aterro devem ser limpos e recompostos inclusive quanto a drenagem e revestimento vegetal, podendo ser admitidas novas configurações de seções transversais desde que devidamente justificadas.

2.3.2.2. Padrões

b. 1.) Conservação do Revestimento Vegetal

Os serviços de poda manual e mecanizada do revestimento vegetal devem ser executados em toda extensão e nas laterais das vias numa largura mínima de 4 (quatro) metros.

Nos trevos e interseções em nível os serviços de poda manual e mecanizada devem ser executados em toda a área gramada e no mínimo até 10 (dez) metros de seus entornos.

Nos monumentos, áreas de descanso, paradas de ônibus, os serviços de poda de gramado manual e mecanizada devem ser executados até no mínimo 10 (dez) metros de seus entornos.

Nas edificações e pátios operacionais e de suporte os serviços de poda manual e mecanizada devem ser executados até no mínimo 10 (dez) metros de seus entornos.

- Poda manual ou mecanizada de gramados: mínimo quatro vezes ao ano e/ou quando a altura da vegetação atingir 30 cm em trechos genéricos da rodovia ou, 10 cm nos entornos de instalações operacionais, de suporte e imediações de monumentos e obeliscos.
- Capina: no mínimo quatro vezes ao ano.
- Aceiros: conservação de aceiros compreendendo roçada e capina, com largura de 1,5m em toda extensão das cercas de divisa da faixa de domínio, no mínimo uma vez ao ano.
- Despraguejamento: no mínimo duas vezes ao ano nas áreas gramadas de entorno de prédios, pátio, monumentos e obeliscos.
- Manutenção de árvores e arbustos: compreendendo adubação, tutela e colocação de cobertura morta, no mínimo, uma vez ao ano.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 354
Nome R
Área

- Corte e poda de árvores e arbustos: árvores e arbustos mortos ou praguejados devem ser cortados e removidos para fora da faixa de domínio. Também devem ser cortadas árvores que representem perigo ao tráfego ou cujas raízes comprometam o sistema de drenagem superficial. Estes serviços devem ser executados de imediato, sempre que forem constatadas uma das situações acima, em um prazo máximo de 24 horas.

b.2.) Limpeza

- Remoção de lixo doméstico das instalações operacionais e de suporte: no mínimo 3 (três) vezes por semana.
 - Remoção de lixo e entulho da faixa de domínio: uma vez por semana em toda a extensão das rodovias.
 - Limpeza e varredura de áreas pavimentadas sujeitas a deposição de detritos: no mínimo uma vez por semana.
- Animais mortos: remoção imediata da pista de rolamento e sepultamento em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

b.3.) Erosões

- Recomposição de erosão em aterro: deve ser providenciada de imediato.
- Recomposição de erosão em corte: a remoção do material e a limpeza da plataforma devem ser providenciados de imediato, podendo a recomposição da erosão ou retaludamento do corte serem objeto de programação mensal.

b.4.) Paradas de ônibus, monumentos e utilidades públicas.

- Verificação e conservação no mínimo uma vez por ano ou intervir quando se fizer necessário, mantendo conservadas.

2.3.3. Drenagem

2.3.3.1. Descrição

Este programa compreende os serviços de desobstrução e limpeza de todo o sistema de drenagem superficial existente na rodovia, bem como de interseções, instalações prediais, áreas de lazer, paradas de ônibus, etc.

O sistema de drenagem é fundamentalmente composto por sarjetas, canaletas, caixas de passagem, bocas de lobo, bueiros, galerias e drenos subterrâneos, etc.

Neste serviço inclui-se também a reposição de grelhas e tampas de caixas de passagem.

2.3.3.2. Padrões

- Drenagem de pista de rolamento: limpeza geral, no mínimo 4 (quatro) vezes ao ano.



PROT./SINFRA
Fl. 355
Nome R
Área

- Drenagem fora de plataforma: limpeza geral, no mínimo uma vez ao ano, antecedendo a temporada de chuvas, para o sistema em geral e quatro vezes ao ano nos trechos em serra.
- Drenagem profunda: limpeza geral, no mínimo uma vez ao ano, antecedendo o período de chuvas.
- Bueiros: limpeza geral, no mínimo uma vez ao ano antecedendo o período de chuvas
- Reparo de elementos de drenagem: deve ser providenciado de imediato, devem ser programadas e executadas no mínimo, duas inspeções anuais em todo o sistema de drenagem das rodovias.

2.3.4. Segurança Rodoviária

2.3.4.1. Descrição

Este programa compreende a manutenção e substituição de defensas metálicas avariadas por acidentes ou em final de vida útil. Prevê também o reparo de cercas, alambrados e reparo de guarda-corpos de obras de arte especiais e implantação/substituição de atenuadores de impacto, caso necessário.

A conservação, manutenção e substituição de defensas metálicas deverá ser realizada através de uma programação mensal de avaliação, por trecho, correspondendo a indicação de serviços, especialmente no que se refere a substituição e realinhamento de defensas avariadas por acidente e substituição de componentes (postes, lâminas, garras, espaçadores, cintas e elementos de fixação) comprometidos por corrosão.

A conservação/manutenção de cercas, a substituição de postes, suportes, arames e telas que constituem elementos de proteção da faixa de domínio.

Com base na estatística de acidentes e/ou no estudo de risco, deverão ser priorizados os locais onde devem ser instalados os atenuadores de impacto nas defensas metálicas, barreiras de concreto, praças de pedágio e pesagem e/ou outros dispositivos que ofereçam risco de choque.

2.3.4.2. Padrões

d.1.) Defensas Metálicas

- Elemento que represente risco a segurança do tráfego: remoção e reposição imediatas.
- Reparo de danos causados em acidente: prazo máximo para correção, uma semana.

d.2.) Barreiras de Concreto

- Reparo de danos causados em acidentes: prazo máximo para execução, uma semana.



PROT./SINFRA
Fl. 356
Nome R
Área

d.3.) Cercas, Alambrados e Telamentos

- Reparo e reposição: prazo máximo, uma semana.

d.4.) Guarda-corpos

- Proteção: no caso de Guarda-Corpo danificado, a proteção do trecho deve ser providenciada imediatamente e o reparo deve ser iniciado em no máximo uma semana.

d.5.) Atenuadores de Impacto

- Reparo e substituição: prazo máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

2.3.5. Sinalização

2.3.5.1. Descrição

A conservação/manutenção da sinalização horizontal consiste de repintura ou reaplicação dos produtos nos trechos onde o índice de retro-refletância for inferior ao recomendado, ou reaplicação nos trechos que sofreram intervenção no pavimento.

A sinalização horizontal da rodovias concedida deverá ser avaliada semestralmente utilizando-se retro-refletômetro sendo que, o plano de amostragem será definido no escopo dos relatórios de Auditoria e Fiscalização, a ser proposto pela CONCESSIONÁRIA.

A conservação/manutenção da sinalização vertical compreende a limpeza das placas e painéis de sinalização através da aplicação de jato de água com alta pressão e detergente próprio.

Compreende ainda a substituição de placas avariadas por acidente de tráfego, vandalismo ou furto.

Prevê também a substituição das placas e painéis com baixo índice de retro-refletância ou em final de vida útil.

A conservação/manutenção das tachas refletivas prevê a substituição de tachas com baixa retrorefletância ou ainda a substituição de tachas quebradas ou afundadas.

A conservação/manutenção dos balizadores prevê a limpeza mensal e a substituição de balizadores depreedados ou furtados.

2.3.5.2. Padrões

e.1.) Sinalização Horizontal

- Repintura ou reaplicação: deverá ser providenciada no prazo máximo de uma semana, sempre que for detectado trecho ou sub-trecho onde o índice de retro-refletância estejam abaixo das normas técnicas existentes na SINFRA.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 357
Nome R
Area

- Limpeza: os trechos de sinalização horizontal sujeitos a deposição de detritos devem ser limpos através de varredura mecânica ou aplicação de jato de ar comprimido; este procedimento deve ser mensal.
- Retrorrefletividade: deverá ser mantida dentro das condições estabelecida pela ABNT, em particular pela NBR – 14.723.

e.2.) Sinalização Vertical

- Limpeza: toda sinalização vertical deverá ser limpa com a utilização de jato d'água com alta pressão e detergente próprio; este serviço deve ser executado no mínimo a cada quatro meses.
- Reposição: deve ser imediata, toda vez que for constatada placa de sinalização com baixa retrorefletividade, ou, quando uma placa tenha sido avariada, furtada, depredada ou queimada.
- Retrorrefletividade: deverá ser mantida dentro das condições estabelecida pela ABNT, em particular pela NBR – 14.644.

e.3.) Tachas e Tachões Refletivos

- Limpeza: nos trechos onde as tachas refletivas estiverem sujeitas a deposição de detritos, sua limpeza deve ser executada através da aplicação de jato d'água com alta pressão e detergente próprio; este procedimento deve ter frequência trimestral.
- Reposição: deve ser imediata, toda vez que for constatada baixa retro-refletividade, tacha quebrada, afundada ou inexistente.
- Retrorrefletividade: deverá ser mantida dentro das condições estabelecida pela ABNT, em particular pela NBR – 14.636.

e.4.) Balizadores e Delineadores

- Limpeza: mínimo uma vez ao mês.
- Reposição: imediata, sempre que for constatada baixa retro-refletividade, depredação, furto ou destruição.

2.3.6. Estruturas

2.3.6.1. Descrição

Este programa compreende a limpeza dos dispositivos de drenagem das obras de arte especiais e estruturas de contenção, prevendo ainda a substituição de aparelhos de apoio deteriorados e de juntas de dilatação avariadas, e avaliações periódicas além das inspeções nas obras de arte especiais. A "Especificação Técnica para Inspeção e Avaliação Estrutural/Funcional de Obras de Arte Especiais de Concreto Armado e Protendido" estabelecida pela SINFRA, servirá de base para o andamento do gerenciamento de manutenção das obras.

2.3.6.2. Padrões

- Limpeza de dispositivos de drenagem: mínimo duas vezes ao ano.



PROT./SINFRA
Fl. 358
Nome R
Area

- Pintura de Guarda-Corpo metálico e balaustres: mínimo uma vez cada 2 (dois) anos.
- Limpeza ou pintura das superfícies expostas ao tráfego no mínimo uma vez a cada dois anos ou em no máximo 48 (quarenta e oito) horas nos casos de pichações e vandalismo similares.
- Substituição de junta de dilatação: imediata, toda vez que for detectada junta danificada.
- Substituição de aparelho de apoio: imediata, sempre que for detectado aparelho deteriorado ou com deformação excessiva.
- Inspeções conforme "Especificação Técnica para Inspeção e Avaliação Estrutural/Funcional de Obras de Arte Especiais de Concreto Armado e Protendido", estabelecida pelo SINFRA.
- Inspeções e conservações específicas para obras de arte em estrutura metálica.

2.3.7. Prédios e Pátios Operacionais e de Suporte

2.3.7.1. Descrição

A manutenção de prédios e pátios prevê a substituição e/ou reparo das estruturas e coberturas que constituem os prédios e pátios operacionais e de suporte, suas alvenarias e revestimentos.

Prevê ainda a substituição e/ou reparo das instalações hidráulicas e de esgoto, conservação de ruas, jardins, coleta de lixo, conservação de esquadrias, fechaduras e vidros, limpeza de fossas sépticas, manutenção de valas de infiltração, manutenção da pintura e eventualmente de poços profundos para abastecimento, etc.

2.3.7.2. Padrões

- A conservação preventiva e a conservação corretiva nos prédios e pátios operacionais e de suporte devem ser contínuas de maneira a mantê-los em plenas condições de operação.

2.3.8. Sistema de Controle e Automação

2.3.8.1. Descrição

Este programa prevê a conservação/manutenção dos sistemas de registros e controle de arrecadação de pedágio envolvendo detetores de veículos, contadores de eixo, sistema de comunicação, terminais de pista, sistema central de computação e painel de acumulação de dados.

Dentro deste programa está também prevista a conservação/manutenção do sistema de registro e controle de pesagem de veículos, compreendendo detetores de eixo, detetores de veículos, células de carga, balanças eletro-eletrônicas, balanças seletivas, dinâmicas, fixas e portáteis.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 359
Nome R
Area

É prevista ainda a conservação/manutenção do sistema de telemetria, sistemas de registro e controle de tráfego e a conservação de painéis de mensagem e sinais variáveis.

2.3.8.2. Padrões

• Todos os sistemas de controle devem apresentar 100% de operacionalidade. Para isso a CONCESSIONÁRIA deve contar com equipamentos ou partes vitais dos sistemas de reserva para substituição imediata. Deverá também existir equipe técnica em sistema de plantão 24 (vinte e quatro) horas para proceder a imediata substituição ou reparo de equipamentos com problemas.

2.3.9. Sistemas de Telecomunicação

2.3.9.1. Descrição

Neste programa está prevista a conservação/manutenção do sistema de rádio-comunicação, compreendendo o conserto ou substituição de transceptores fixos, móveis e portáteis, estações repetidoras e mesas de controle.

Ainda dentro do programa de Telecomunicações está prevista a conservação/manutenção do sistema de telefonia, conectado à rede pública.

2.3.9.2. Padrões

Todo o sistema deve apresentar sua plena capacidade funcional.

2.3.10. Iluminação

2.3.10.1. Descrição

Este programa prevê a conservação/manutenção dos sistemas de iluminação externa das praças de pedágio, praças de balanças, postos da Polícia Militar Rodoviária, pátios de apreensão de veículos. Prevê ainda a conservação/manutenção de toda a iluminação predial e da sinalização luminosa existente na praça de pedágio.

Os sistemas de iluminação internos e externos deverão oferecer padrão de iluminação compatível com as funções específicas e condições climáticas, nos períodos requeridos durante o dia ou a noite.

Os serviços de conservação/manutenção da iluminação são basicamente os seguintes:

2.3.10.2. Padrões

- substituição de lâmpadas ou luminárias;
- substituição de reatores e ignitores;



PROT./SINFRA
Fl. 360
Nome R
Área

- substituição de postes;
- substituição de disjuntores ou fusíveis;
- limpeza de luminárias;

Os sistemas de iluminação internos e externos deverão oferecer padrão compatível com as funções específicas e condições climáticas locais. O nível de iluminação em qualquer ponto de uma superfície não deve ser inferior a 75% do nível previsto em projeto.

2.3.11. Eletrificação

2.3.11.1 Descrição

Este programa prevê reparo e substituição de subestações e transformadores, reparo de conjuntos motogeradores, painéis de comando, substituição de conectores, disjuntores e fusíveis, reparos em quadros de comando, bancos de baterias, conservação dos sistemas de proteção contra descargas atmosféricas e etc.

2.3.11.2. Padrões

- O padrão de conservação das linhas subestações, transformadores, motogeradores e sistemas "no break" deve ser compatível com o padrão da CONCESSIONÁRIA local de energia elétrica.

2.4 Auditoria e Fiscalização

2.4.1 Auditoria

Todos os serviços de conservação/manutenção de rotina executados pela CONCESSIONÁRIA serão objeto de apontamentos diários. Nesses apontamentos deverão constar a rodovia, o quilômetro, a pista, o local, o tipo de serviço executado, os recursos de mão-de-obra, materiais e equipamentos utilizados e a produção diária.

Para efeito de racionalização, compilação e futura análise os serviços de conservação de rotina deverão ser apontados obedecendo a seguinte programática:

a) Programa - Pavimento

a.1.) Sub-programa - Pavimento Flexível

a.1.1.) Atividade - Panela

a.1.2.) Atividade - Depressões

a.1.3.) Atividade - Trincas

a.1.4.) Atividade - Base estabilizada granulométricamente

a.1.5.) Atividade - Imprimação

a.1.6.) Atividade - Drenos superficiais

a.2.) Sub-programa - Revestimento Primário

a.2.1.) Atividade - Patrolamento



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT/SINFRA
Fl. 361
Nome R
Área

a.2.2.) Atividade - Reposição de materiais

a.2.3.) Atividade - Irrigação

b) Programa - Faixa de Domínio

b.1.) Sub-programa - Conservação do Revestimento Vegetal

b.1.1.) Atividade - Poda mecanizada

b.1.2.) Atividade - Poda manual

b.1.3.) Atividade - Recomposição

b.1.4.) Atividade - Aplicação de herbicidas

b.1.5.) Atividade - Capina

b.1.6.) Atividade - Corte e remoção de árvores

b.1.7.) Atividade - Manutenção de aceiros

b.1.8.) Atividade - Manutenção de árvores e arbustos

b.2.) Sub-programa - Controle de Pragas

b.2.1.) Atividade - Controle fito sanitário

b.2.2.) Atividade - Erradicação de vegetação

b.3.) Sub-programa - Limpeza Manual

b.3.1.) Atividade - Drenagem de pista de rolamento

b.3.2.) Atividade - Drenagem fora de plataforma

b.3.3.) Atividade - Bueiros, galerias e drenos

b.4.) Sub-programa - Lixo e Entulho

b.4.1.) Atividade - Lixo

b.4.2.) Atividade - Papéis

b.4.3.) Atividade - Animais mortos

b.5.) Sub-programa - Limpeza Mecânica

b.5.1.) Atividade - Varredura de pistas inclusive acostamentos e refúgios

b.5.2.) Atividade - Sarjetas

b.5.3.) Atividade - Bueiros e galerias

b.5.4.) Atividade - Remoção de deslizamentos

b.5.5.) Atividade - Remoção de cargas caídas sobre a pista

b.6.) Sub-programa - Combate a Erosão

b.6.1.) Atividade - Correção

b.6.2.) Atividade - Prevenção

b.7.) Sub-programa - Parada de ônibus e Monumentos

b.7.1.) Atividade - Limpeza

b.7.2.) Atividade Reparar

c) Programa - Drenagem

c.1.) Sub-programa - Drenagem Superficial de Pista de Rolamento



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 362
Nome R
Area

- c.1.1.) Atividade - Limpar
- c.1.2.) Atividade - Reparar
- c.1.3.) Atividade - Conformação lateral

- c.2.) Sub-programa - Drenagem Profunda
- c.2.1.) Atividade - Limpar
- c.2.2.) Atividade - Reparar

d) Programa - Elementos de Segurança Rodoviária

- d.1.) Sub-programa - Defensas Metálicas
- d.1.1.) Atividade - Reparo
- d.1.2.) Atividade - Reposição

- d.2.) Sub-programa - Barreiras de Concreto
- d.2.1.) Atividade - Limpeza
- d.2.2.) Atividade - Reconstrução

- d.3.) Sub-programa - Cercas, Alambrados e Telamentos
- d.3.1.) Atividade - Reparo
- d.3.2.) Atividade - Substituição

- d.4.) Sub-programa - Guarda-Corpo e Balaustres
- d.4.1.) Atividade - Limpeza/Pintura
- d.4.2.) Atividade - Reparo
- d.4.3.) Atividade - Reposição

- d.5.) Sub-programa - Atenuadores de Impacto
- d.5.1.) Atividade - Reparo
- d.5.2.) Atividade - Reposição

e) Programa - Sinalização

- e.1.) Sub-programa - Sinalização Horizontal
- e.1.1.) Atividade - Repintura ou reaplicação
- e.1.2.) Atividade - Remoção mecanizada
- e.1.3.) Atividade - Repintura ou reaplicação manual

- e.2.) Sub-programa - Sinalização Vertical
- e.2.1.) Atividade - Limpeza
- e.2.2.) Atividade - Remoção
- e.2.3.) Atividade - Reparo
- e.2.4.) Atividade - Recolocação/Instalação
- e.2.5.) Atividade - Fundação
- e.2.6.) Atividade - Reposição

- e.3.) Sub-programa - Tachas Refletivas
- e.3.1.) Atividade - Limpeza



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 363
Nome R
Area

e.3.2.) Atividade - Reposição

e.4.) Sub-programa - Balizadores e Delineadores

e.4.1.) Atividade - Limpeza/Pintura

e.4.2.) Atividade - Reparo

e.4.3.) Atividade - Reposição

f) Programa - Estruturas

f.1.) Sub-programa - Pontes

f.1.1.) Atividade - Limpeza/Pintura

f.1.2.) Atividade - Reparos

f.1.3.) Atividade - Aparelhos de apoio

f.1.4.) Atividade - Juntas de dilatação

f.1.5.) Atividade - Inspeções

f.2.) Sub-programa - Estruturas Metálicas

f.2.1.) Atividade - Limpeza/pintura

f.2.2.) Atividade - Reparos

f.2.3.) Atividade - Inspeções

f.3.) Sub-programa - Obras de Arte Corrente

f.3.1.) Atividade - Monitoramento

f.3.2.) Atividade - Limpeza

f.3.3.) Atividade - Reparos

f.3.4.) Atividade - Inspeções

g) Programa - Prédios e Pátios Operacionais e de Suporte

g.1.) Sub-programa - Cada Prédio ou Pátio Operacional ou de Suporte representa um Sub-programa específico

g.1.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade

h) Programa - Sistema de Registro Controle e Automação

h.1.) Sub-programa - Sistemas de Registro e Controle de Arrecadação de Pedágios

h.1.1.) Atividade - Cada posto de pedágio do sistema representa uma atividade deste sub-programa

h.2.) Sub-programa - Sistemas de Registro e Controle de Pesagem de Veículos

h.2.1.) Atividade - Cada praça de pesagem de veículos representa uma atividade dentro deste subprograma

h.3.) Sub-programa - Sistemas de Telemetria

h.3.1.) Atividade - Cada sistema de telemetria utilizado representa uma atividade dentro deste subprograma



PROT./SINFRA
Fl. 364
Noms R
Area

h.4.) Sub-programa - Sistemas de Registro e Controle de Fluxo de Tráfego
h.4.1.) Atividade - Cada sistema utilizado com esta finalidade corresponde a uma atividade dentro deste sub-programa

h.5.) Sub-programa - Sistemas de Painéis e Sinais de Mensagens Variáveis
h.5.1.) Atividade - Cada Painel corresponde a uma atividade dentro deste sub-programa

I) Programa – Sistemas de Telecomunicação

I.1.) Sub-programa – Transceptores

I.1.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade.

I.2.) Sub-programa – Estações Repetidoras

I.2.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade.

I.3.) Sub-programa – Telefonia Comercial e de Emergência

I.3.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade.

J) Programa - Iluminação

J.1.) Sub-programa - Iluminação Predial e Pátio

J.1.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade.

I) Programa – Eletrificação

I.1) Sub-programa – Linhas de Alta Tensão

I.1.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade

I.2) Sub-programa – Linhas de Baixa Tensão

I.2.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade

I.3.) Sub-programa - subestações e Cabinas Primárias

I.3.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade

I.4.) Sub-programa - Motogeradores

I.4.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade

I.5.) Sub-programa - Sistemas "No Break"



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 365
Nome R
Area

1.5.1.) Atividade - Dentro deste sub-programa é dispensado o detalhamento da atividade

Com base nos apontamentos diários dos serviços a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o "Relatório Mensal dos Serviços de Conservação de Rotina".

Nesse relatório devem constar a quantidade de recursos no período, compreendendo os quantitativos de mão-de-obra, materiais, equipamentos e serviços especializados utilizados em cada atividade, sub-programa e programa, bem como os respectivos custos.

Os relatórios mensais de serviços de conservação de rotina serão entregues formalmente pela CONCESSIONÁRIA à SINFRA, em três vias impressas e uma cópia eletrônica até o décimo dia útil do mês subsequente ao do objeto do relatório.

Esta sistemática deverá ser adotada a partir do terceiro mês de concessão e deverá ser contínua até o final desta.

Com base nos relatórios mensais de conservação de rotina a SINFRA vai proceder a auditoria mensal nos serviços de conservação/manutenção de rotina, tendo para tanto livre acesso ao sistema de apontamentos e dados, sistema de compilação e digitação de dados, programas de informática utilizados, etc.

Os dados referentes à conservação de rotina deverão ser disponibilizados, em tempo real, em terminal da CONCESSIONÁRIA a ser instalado na sede da SINFRA e AGER/MT, na capital de Mato Grosso.

Levantamentos de dados e relatórios, com o intuito de possibilitar análises específicas poderão ser solicitados, caso as informações fornecidas não sejam satisfatórias.

2.4.2 Fiscalização

A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar programação anual e mensal para os serviços de conservação/manutenção, as quais deverão obedecer o mesmo critério programático utilizado no "Relatório Mensal dos Serviços de Conservação/Manutenção de Rotina".

A programação anual dos serviços de conservação deverá ser entregue formalmente pela CONCESSIONÁRIA à SINFRA até 60 (sessenta) dias de antecedência ao início do ano.

A programação mensal dos serviços de conservação/manutenção de rotina deverá ser entregue formalmente pela CONCESSIONÁRIA à SINFRA até o décimo dia do mês que antecede ao da programação.

A programação anual dos serviços de conservação/manutenção deverá ser detalhada, com previsão de recursos e custos para cada programa e sub-programa, com intervalos de tempo mensais.



PROT./SINFRA
Fl. 366
Nome R
Área

Com base nas programações anuais e mensais e nos padrões e especificações estabelecidos no subitem 2.2. desse ANEXO, e na concepção proposta no programa no parágrafo mencionado anterior, o CONTRATANTE vai exercer a fiscalização efetiva dos serviços de conservação/manutenção de rotina, devendo contar para isso com livre acesso a todas as dependências, instalações, canteiros de serviços e obras da CONCESSIONÁRIA.

3. Conservação / Manutenção de Emergência

3.1 Conceitos Básicos

Conceitua-se Conservação/Manutenção de Emergência, como o serviço ou obra necessário para reparar, repor, reconstruir ou restaurar trechos ou estruturas da rodovia, que tenham sido seccionadas, obstruídas ou danificadas por um evento extraordinário, de calamidade pública, ocasionando interrupção parcial ou total do tráfego da via.

Tal evento pode ser deslizamento de encosta, um escorregamento de aterro, inundação, incêndio na faixa de domínio, um acidente rodoviário de grandes proporções, uma avaria em obra de arte especial, etc.

3.2 Procedimentos

Na ocorrência de um evento emergencial a CONCESSIONÁRIA deverá prioritariamente:

- instalar a sinalização de tráfego no local;
- proceder a imediata mobilização dos recursos para a ação corretiva necessária.
- relatar o evento ao CONTRATANTE;

3.3 Auditoria e Fiscalização

Os serviços de conservação/manutenção de emergência serão objeto de relatórios específicos que deverão determinar as causas do evento, as ações corretivas emergências adotadas e as providências e programação futura dentro dos programas de conservação de rotina ou especial.

Deverão ainda constar desse relatório os quantitativos de mão-de-obra, materiais, equipamentos e serviços especializados utilizados nos serviços emergências, bem como seus respectivos custos.

4 – Restauração da Rodovia

Como já foi mencionado, a rodovia objeto da presente concessão foi pavimentada mediante convênio firmado com Associação de Produtores, que participou com recursos próprio, com o compromisso de se proceder a concessão dos serviços de manutenção, mediante pagamento de pedágio, a fim de viabilizar recursos para a sua manutenção, permitindo que o trecho se mantenha com as suas condições técnicas originais.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 367
Nome R
Área

Essa rodovia foi pavimentada com TSD (Tratamento Superficial Duplo), sendo que atualmente a situação física deste segmento necessita de intervenção.

Em que pese a atenção que vem sendo dada a essa rodovia no que diz respeito a manutenção, tratam-se de rodovia alimentadora, que atende regiões de alto nível de produção de soja, o que implica no tráfego de veículos de carga concentrada, seja no transporte de insumo ou no escoamento da produção, impondo desgaste bastante acentuado, de forma que, mesmo tendo-se o cuidado de eliminar qualquer defeito no momento em que surgem, sempre vai carecer de uma recomposição mais pesada na sua superfície de rolamento, fazendo com que a rodovia sempre mantenha sua característica técnica original ou algo bastante próximo.

Tal intervenção, em um primeiro momento, deverá consistir na execução de lama asfáltica grossa acompanhada de tapa buracos, limpeza dos equipamentos de drenagem, da faixa de domínio e recomposição da sinalização, devido ao desgaste que já se evidencia na pista de rolamento.

Embora esta intervenção seja uniforme ao longo de toda a rodovia, o rejuvenescimento do TSD nesta primeira fase é muito importante visto que já se

passaram, em média, mais de dois anos que esta obra foi executada, mesmo que venha recebendo intervenções de manutenção corretivas ao longo deste período.

A execução desses serviços de rejuvenescimento, deverá ser executado, como uma primeira intervenção da concessionária, ao longo de três anos, podendo, perfeitamente ser distribuídos da seguinte forma:

- 30 % no primeiro ano do contrato;
- 30 % no segundo ano do contrato;
- 40 % no terceiro ano do contrato.

Essa distribuição permitirá a empresa concessionária, em sua proposta, estabelecer um fluxo de recurso capaz de atender a demanda dos serviços sem comprometer o seu equilíbrio financeiro.

A planilha de orçamento sob a denominação "Manutenção de Rodovia Pavimentada", servirá de base para a apresentação da proposta. Qualquer alteração significativa daquela estrutura deverá ser justificada.

Após o intervalo de quatro anos da execução dos serviços de rejuvenescimento, deverá ser dado início ao processo de restauração do pavimento, especialmente do TSD.

Esta restauração consistirá na recuperação total da superfície de rolamento, com a colocação de uma camada de 4,0 cm de Pré Misturado a Frio – PMF. A semelhança do processo de rejuvenescimento, esta restauração, também, deverá ser precedida



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 368
Nome R
Área

de serviços de tapa buraco, limpeza dos equipamentos de drenagem, da faixa de domínio e recomposição da sinalização.

Esses serviços estão previstos de serem executados em quatro anos, devendo ser repetido no final do período de concessão, permitindo a devolução do trecho em perfeitas condições técnicas. A execução desses serviços, nessas condições deverá estar distribuído da seguinte forma:

- 25 % no oitavo ano do contrato;
- 25 % no nono ano do contrato;
- 25 % no décimo ano do contrato;
- 25 % no décimo - primeiro ano do contrato.

Deverá ser repetido, agora em 3 (três) anos, da seguinte forma:

- 30 % no décimo - sétimo ano do contrato;
- 30 % no décimo - oitavo ano de contrato; e,
- 40 % no décimo - nono ano de contrato.

Essa última execução deverá estar concluída no décimo – nono ano do contrato de modo a permitir a concessionária, diante de eventual contratempo, utilizar o vigésimo ano para concluir os serviços de restauração procedendo a devolução da rodovia, em condições técnicas aceitáveis.

A planilha de orçamento sob a denominação "Restauração de Rodovia Pavimentada", servirá de base para a apresentação da proposta. Qualquer alteração significativa daquela estrutura deverá ser justificada.

Para complementar a programação estabelecida para o desenvolvimento dos trabalhos de restauração da rodovia pavimentada, nos intervalos compreendidos entre a manutenção e a primeira restauração e entre essa e a segunda restauração, deverá ser disponibilizado recursos para a efetiva assistência de manutenção pontual de forma a oferecer aos usuários uma rodovia de qualidade. Para esse atendimento adequado, está estimado um valor anual correspondente a 20% do valor total orçado para a manutenção de rodovia pavimentada.

5 – Custo da Conservação/ Manutenção de Rotina

Para desenvolver as atividades de intervenções de rotina mencionada no item 2 acima, cuja finalidade principal é eliminar pequenos e eventuais problemas exatamente no momento em surgem, a fim de evitar que se transforme em elementos mais complexos, colocando em risco a segurança do usuário da rodovia, estão previstos a aplicação de recursos anuais correspondente a 4 % do valor total orçado para a manutenção de rodovia pavimentada.

6 – Custo de Conservação Emergencial

Por fim, conforme mencionado no item 3, é recomendável que se estabeleça previsão de recursos para atendimentos emergenciais, que se trata de eventos de ocorrência

A

l



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 269
Nome R
Área

casual, mas que deve existir previsão de recursos para o seu pronto atendimento. Sua previsão é de um valor anual correspondente a 30 % da manutenção rotineira.

7 – Programação Anual dos Serviços de Conservação/Manutenção

A Concessionária, 60 (sessenta) dias antes do início de um novo exercício (ano civil), deverá apresentar à SINFRA, a programação anual dos serviços de conservação/manutenção que serão desenvolvidos no transcorrer do ano e de conformidade com os itens apresentados anteriormente, para devida análise e aprovação.

Em decorrência de análise técnica a SINFRA deliberará a respeito, dando conhecimento a AGER/MT, da programação a ser executada.

8 – Sistema de Gestão Ambiental

A Concessionária ao proceder a programação de suas atividades deverá compatibilizá-la com um sistema de gestão ambiental, de modo que o desenvolvimento dessas atividades estejam focalizadas com relação ao cumprimento da legislação e das normas ambientais vigentes, inclusive recomendações específicas, dos órgãos responsáveis.

Essas questões ambientais ficarão sob a responsabilidade direta da Concessionária.

9 – Das Sanções Administrativas pela Impontualidade

O atraso injustificável para execução ou restabelecimento dos serviços constante deste Anexo, no que diz respeito ao cumprimento dos prazos fixados, sujeitará a Concessionária à multa moratória, por dia de atraso.

As multas moratórias serão aplicadas nas situações abaixo descritas e nos valores fixados:

a – em procedimento de fiscalização, serão avaliados os vários componentes do trecho de cobertura da praça de pedágio, identificando todos os elementos que necessitam de intervenções para o seu restabelecimento, conforme previsto neste Programa de Exploração da Rodovia/Serviços de Manutenção de Rodovia, onde será fixado um prazo para a sua conclusão. Findo o prazo sem que o programa de restabelecimento esteja concluído, a Concessionária estará sujeita a multa diária equivalente a 50 UPF's/MT, até que se conclua os serviços programados;

b – a permanência de buracos (panelas) nas faixas de rolamento e no acostamento, bem como depressão em encontro de obra de arte especial, após 24 (vinte e quatro) horas contados da verificação dos mesmos pela Concessionária ou da notificação expedida pela fiscalização, ensejará a aplicação de multa diárias equivalente a 50 UPF's/MT por buraco detectado, até que o mesmo seja eliminado;



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 370
Nome R
Area

c – a impontualidade na execução ou restabelecimento de qualquer outro serviço previsto neste Anexo, principalmente aquele que coloque em risco a segurança dos usuários, estarão sujeitos a multas diárias de 20 UPF's/MT, até a sua conclusão.

Caso a Concessionária não proceda ao pagamento da multa no prazo estabelecido, a SINFRA utilizará a caução prestada nos termos previstos neste Edital.

10 - Elaboração da Metodologia de Execução

Nessa concessão não existe previsão de investimentos iniciais, logo, a sua finalidade é que seja estabelecido um critério técnico de manutenção que permita total conforto aos usuários.

O roteiro de atendimento entendido como eficiente estão apresentados nos itens anteriores.

O preenchimento das planilhas de orçamento apresentadas a seguir, permitirão aos licitantes conhecimento da estrutura de custo, elemento essencial para futuras discussões de análise de equilíbrio econômico financeiro, visto a longa duração do contrato.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 37
Nome R
Area

Planilha de Orçamentos:

- Restauração de Rodovia Pavimentada
- Manutenção de Rodovia Pavimentada

Rodovia: MT – 242

Trecho: Sorriso – Ipiranga do Norte (66,0 km)
(incluir o segmento da MT – 491, com 17,8 km)

Extensão: 83,80 km



Govorno do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT/SINFRA
Fl. 372
Nome R
Area

Obra :	Rodovia :	Trecho :	Extensão :	Município :	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	Referência: SINPRA : out/2009				
							UND	QUANT.	PR. UNIT.	VR. PARCIAL	VR. TOTAL
Restauração de Rodovia Pavimentada											
MT - 242											
Soriso - Ipitanga do Norte											
66,00 km											
Soriso - Ipitanga do Norte											
SERVIÇOS PRELIMINARES											
2 S 00 000 01						Instalações de Canteiros de Obras e acampamento	vb	1,00			
2 S 00 000 22						Mobilização e Desmobilização de equipamento rod.	vb	1,00			
Sub-Total de Serv. Preliminares											
PAVIMENTAÇÃO											
3 S 02 400 00						Pintura de ligação	m2	532.000,00			
3 S 08 100 00						Tapa buraco	m3	1.400,000			
5 S 02 530 00						Pré-misturado a frio	m3	19.680,000			
2 S 02 999 04						Fornecimento de emulsão asfáltica RR-1C	t	212,520			
2 S 01 511 00						Fornecimento de emulsão asfáltica RM-1C (P/ Pré-misturado a frio)	t	2.732,080			
Sub-Total de Pavimentação											
TRANSPORTE DE PAVIMENTAÇÃO											
3 S 09 009 04						Transporte de emulsão asfáltica RR-1C	t	212,520			
2 S 02 300 00						Transporte de emulsão asfáltica RM-1C (P/ Pré-misturado a frio)	t	2.732,080			
5 S 09 001 91						Transporte comercial c/ base. 10 m3 rodov não pav. (orla, areia, massa)	txkm	360.246,40			
5 S 09 002 91						Transporte comercial c/ base. 10 m3 rodov pav. (brita, areia, massa)	txkm	1.957.334,40			
Sub-Total de Transporte de Pavimentação											
DRENAGEM											
3 S 08 300 01						Limpeza de sarjeta e meio-fio	m	25.000,000			
3 S 08 301 03						Limpeza de valeta de drenagem	m	1.900,000			
3 S 08 301 02						Limpeza de decida d'água	m	8.000,000			
3 S 08 910 00						Capina manual	m2	16.000,000			
Sub-Total de Drenagem											
SINALIZAÇÃO											
4 S 06 100 31						Pintura faixa - tinta base acrílica, emulsão água p/ - 2 anos	m2	25.000,00			
4 S 06 121 01						Form. E colocação de tachas reflet. Bidirecional	und	654,00			
4 S 06 200 02						Form. E implantação placa sinal. Tot. refletiva	m2	61,52			
Sub-Total de Sinalização											
TOTAL											

IMPORTE O PRESENTE ORÇAMENTO EM R\$ XXX (XXX)



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra-estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 373
Nome R
Area

Obra:	Rodovia:	Trecho:	Extensão:	Município:	CODIGO	DISCRIMINAÇÃO	UND	Referência:		VR. TOTAL
								QUANT.	PR. UNIT.	
Restauração de Rodovia Pavimentada	MT - 491	E nº MT 242 - Km 17 B	17,80 km	Sorriso - Itaipanga do Norte						
					1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				
					2 S 00 000 01	Instalações de Canteiros de Obras e acampamento	vb	1,00		
					2 S 00 000 22	Mobilização e Desmobilização de equipamento rod.	vb	1,00		
						Sub-Total de Serv. Preliminares				
					2.0	PAVIMENTAÇÃO				
					3 S 02 400 00	Pintura de ligação	m2	143.000,00		
					3 S 06 100 00	Tapa buraco	m3	380,00		
					5 S 02 530 00	Pré-misturado a frio	m3	6.300,00		
					2 S 02 999 04	Fornecimento de emulsão asfáltica RR-1C	t	57,32		
					2 S 01 511 00	Fornecimento de emulsão asfáltica RM-1C (P/ Pré-misturado a frio)	t	736,83		
						Sub-Total de Pavimentação				
					3.0	TRANSPORTE DE PAVIMENTAÇÃO				
					3 S 09 009 04	Transporte de emulsão asfáltica RR-1C	t	57,32		
					2 S 02 300 00	Transporte de emulsão asfáltica RM-1C (P/ Pré-misturado a frio)	t	736,83		
					5 S 09 001 91	Transporte comercial c/ base. 10 m3 rodov não pav. (brita, areia, massa)	tkm	94.460,39		
					5 S 09 002 91	Transporte comercial c/ base. 10 m3 rodov pav. (brita, areia, massa)	tkm	527.887,16		
						Sub-Total de Transporte de Pavimentação				
					4.0	DRENAGEM				
					3 S 08 300 01	Limpeza de sarjeta e meio-fio	m	6.700,00		
					3 S 06 301 03	Limpeza de valata de drenagem	m	400,00		
					3 S 08 301 02	Limpeza de decida d'água	m	2.100,00		
					3 S 09 910 00	Capina manual	m2	4.300,00		
						Sub-Total de Drenagem				
					7.0	SINALIZAÇÃO				
					4 S 06 100 31	Pintura faixa - tinta base acrílica, emulsão água p/ - 2 anos	m2	6.700,00		
					4 S 06 121 01	For. E colocação de tacha reflet. Bidirecional	und	176,00		
					4 S 06 200 02	For. E implantação placa sinal. Tot. refletiva	m2	16,59		
						Sub-Total de Sinalização				
						TOTAL				

IMPORITA O PRESENTE ORÇAMENTO EM: R) XXX (XXX)



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 374
Nome R
Area

Obra :	Manutenção de Rodovia Pavimentada				Referência:	VR. PARCIAL	VR. TOTAL
	RODOVIA :	TRECHO :	SUB. TRECHO :	EXTENSÃO :			
MT 242	Sorriso - Ipiranga do Norte		56,0 km		SINFRA : out/2009		
CODIGO	DISCRIMINAÇÃO			UND	QUANT.	VR. PARCIAL	VR. TOTAL
1.0	SERVICOS PRELIMINARES						
2S 00 000 10	Instalação de Canteiro e Acampamento			vb	01		
2S 00 000 22	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos Rodantes			vb	01		
2.0	PAVIMENTAÇÃO						
3S 02 300 00	Impurificação			m²	10.000,00		
3S 02 400 00	Pintura de ligação			m²	10.000,00		
3S 02 510 01	Lama asfáltica grossa			m²	490.000,00		
3S 02 530 51	Mistura betuminosa usinado a frio			m²	500,00		
3S 08 100 00	Tapa buraco			m³	500,00		
2S 02 999 03	Fornecimento de asfalto diluído - CM-30			ton	12,00		
2S 02 999 04	Fornecimento de emulsão asfáltica - RR-1C			ton	12,00		
2S 02 999 07	Fornecimento de emulsão asfáltica - RM-1C			ton	70,00		
2S 02 999 09	Fornecimento de emulsão asfáltica - RL-1C			ton	660,00		
3S 09 009 03	Transporte de Asfalto diluído CM - 30			ton	12,00		
3S 09 009 06	Transporte de emulsão asfáltica - RR-2C			ton	12,00		
3S 09 009 07	Transporte de emulsão asfáltica - RM-1C			ton	70,00		
3S 09 009 08	Transporte de emulsão asfáltica - RC-1C			ton	660,00		
3S 09 102 00	Transporte de material betuminoso			l x km	52.000,00		
3S 09 002 06	Transporte de brita 200 km e areia 100 km			l x km	270.631,00		
3.0	SERVICOS DE MANUTENÇÃO						
3S 08 300 01	Limpeza de sarjeta e meio fio			m	25.000,00		
3S 08 301 03	Limpeza de descida d'água			m	1.500,00		
3S 08 301 02	Limpeza de vala de drenagem			m	8.000,00		
3S 08 900 00	Capina Manual			m²	15.000,00		
4.0	SINALIZAÇÃO						
4S 06 100 31	Pintura de faixa tinta durabilidade de 02 anos			m²	25.000,00		
4S 06 121 01	Fornecimento e colocação de tacha refletiva bidirecional			ud	10.000,00		
4S 06 200 02	Fornecimento e implantação de placa sinaliz. tot. refletiva			m²	385,00		
IMPORTA O PRESENTE ORÇAMENTO EM : R\$ xxx (xxx)				TOTAL			



Govorno do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 375
Nome R
Area

Obra :	Manutenção de Rodovia Pavimentada								
Rodovia :	MT 491								
Trecho :	Ent° MT - 242 Km - Ent° MT 222								
Sub. Trecho :	Eng° MT 242 - Km 17,8								
Extensão :	17,8Km								
CODIGO	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT.	Referência:	SINFRA	VR. PARCIAL	VR. TOTAL		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES			PR. UNIT.	001/2009				
2S 00 000 10	Instalação de Canteiro e Acampamento	vb	01						
2S 00 000 22	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos Rodantes	vb	01						
2.0	PAVIMENTAÇÃO								
3S 02 300 00	Imprimação	m²	5 000,00						
3S 02 400 00	Pintura de ligação	m²	5 000,00						
3S 02 510 01	Lama asfáltica grossa	m²	130 900,00						
3S 02 530 51	Mistura betuminosa usinado a frio	m²	250,00						
3S 08 100 00	Tapa buraco	m²	250,00						
2S 02 999 03	Fornecimento de asfalto diluído - CM-30	ton	3,00						
2S 02 999 04	Fornecimento de emulsão asfáltica - RR-1C	ton	3,00						
2S 02 999 07	Fornecimento de emulsão asfáltica - RM-1C	ton	35,00						
2S 02 999 09	Fornecimento de emulsão asfáltica - RL-1C	ton	150,00						
3S 09 009 03	Transporte de Asfalto diluído CM - 30	ton	6,00						
3S 09 009 05	Transporte de emulsão asfáltica - RR-2C	ton	6,00						
3S 09 009 07	Transporte de emulsão asfáltica - RM-1C	ton	35,00						
3S 09 009 08	Transporte de emulsão asfáltica - RC-1C	ton	650,00						
3S 09 102 00	Transporte de material betuminoso	t x km	22 000,00						
3S 09 002 05	Transporte de brita 200 km e areia 100 km	t x km	150 000,00						
3.0	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO								
3S 08 300 01	Limpeza de sarjeta e meio fio	m	2 000,00						
3S 08 301 03	Limpeza de descida d'água	m	500,00						
3S 08 301 02	Limpeza de vala de drenagem	m	2 000,00						
3S 08 900 00	Capina Manual	m²	4 000,00						
4.0	SINALIZAÇÃO								
4S 06 100 31	Pintura de faixa tinta durabilidade de 02 anos	m²	6 000,00						
4S 06 121 01	Fornecimento e colocação de tacha refletiva bidirecional	ud	3 000,00						
4S 06 200 02	Fornecimento e implantação de placa sinaliz. tot. refletiva	m²	120,00						
TOTAL									
IMPORTA O PRESENTE ORÇAMENTO EM : R\$ xxx (xxx)									

MD



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 776
Norma R
Área

Demonstrativo Financeiro da Despesa de Manutenção

MT - 242 / 491 Sorriso - Ipiranga do Norte

Ref.	Anos	Programa de Manutenção										Custo Total				
		Restauração		Rotineira		Emergencial		Total		Custo Total						
		MT 242	MT 491	MT 242	MT 491	MT 242	MT 491	MT 242	MT 491		MT 491		Gerai			
1	2009															
2	2010															
3	2011															
4	2012															
5	2013															
6	2014															
7	2015															
8	2016															
9	2017															
10	2018															
11	2019															
12	2020															
13	2021															
14	2022															
15	2023															
16	2024															
17	2025															
18	2026															
19	2027															
20	2028															
	Total															



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 327
Nome R
Area

Anexo - II.4

Plano Econômico e Financeiro



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

Anexo II: Programa de Exploração da Rodovia

Anexo - II.4 – Plano Econômico e Financeiro

PROT./SINFRA
Fl. 178
Nome R
Area

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este Anexo objetiva orientar as Licitantes na elaboração das PLANO ECONÔMICO E FINANCEIRO, de modo a padronizar sua forma de apresentação, bem assim possibilitar à COMISSÃO DE JULGAMENTO verificar a exeqüibilidade do valor proposto para a Tarifa Básica de Pedágio.
2. Para tanto, a COMISSÃO procederá ao exame do PLANO ECONÔMICO E FINANCEIRO, que deverá apresentar, em grau aceitável:
 - a) consistência interna;
 - b) razoabilidade das estimativas realizadas;
 - c) solidez global.
3. O PLANO ECONÔMICO E FINANCEIRO deverá ser apresentado pela licitante observada a seguinte estrutura:

SUMÁRIO

- 1 – Demonstração das Receitas
 - a) Receitas Operacionais
 - 1.1 – Volume e Composição do Trânsito
 - 1.2 – Receitas de Pedágio
 - 1.3 – Outras Receitas Operacionais
 - b) Receitas Financeiras
- 2 – Demonstração dos Custos
 - a) Custos Correntes
 - b) Custos de Capital
 - 1.3 – Esquema de Financiamento
 - 1.4 – Fluxo de Caixa do Empreendimento
 - 1.5 – Informações Complementares

4. A seguir são fornecidas orientações para a elaboração da PLANO ECONÔMICO E FINANCEIRO.

SUMÁRIO

5. Deverão ser apresentados os mesmos títulos dos capítulos, seções e subseções acima estabelecidas.
6. Cada capítulo, seção ou subseção deverá ser identificado com os números das páginas de início e, se for o caso, o volume e o tomo onde se encontram.



PROT./SINFRA
Fl. 379
Nome R
Area

APRESENTAÇÃO

7. A apresentação deverá conter a denominação da licitante, a finalidade da propostas, o objeto da concorrência, o número do Edital e uma sucinta descrição da estrutura do PLANO.

PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8. O PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO constitui a base financeira da concessão. No aspecto de custos traduz a expressão monetária do PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA, que consubstancia os encargos da concessionária. No aspecto das receitas traduz as estimativas das necessidades de recursos da licitante para viabilizar econômica e financeiramente o empreendimento. Essa relação entre custos (encargos) e receitas representa o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, que deverá ser mantido durante todo prazo da concessão.

9. Daí a importância de que sejam considerados e plenamente identificados, por ocasião da elaboração do PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO, os principais componentes de custos considerados, bem como a estruturação da receita, de forma a justificar o valor inicial da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, proposto.

10. O restabelecimento do equilíbrio contratual depende, portanto, da correta e precisa elaboração do PLANO, de modo a que, no futuro, da sua análise possa decorrer, sem conflitos entre as partes, a revisão da tarifa, ou outros tipos de ajustes a serem negociados.

11. A licitante, assim, deverá apresentar o PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO com estrita observância das seguintes instruções:

a) Agregação das informações: para o período do contrato de concessão, informações essas apresentadas com abrangência anual. Para o exercício de 2.010, a concessionária rerepresentará as informações constantes do PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO, reordenando-as por ano civil e não mais por ano de contrato.

b) Desdobramento das informações: a licitante deverá apresentar no mínimo as informações segundo as categorias indicadas nos capítulos, seções e subseções do item 3 deste anexo.

c) Descrição, análise e justificativa das informações quantitativas apresentadas nos Quadros 2 a 5: a licitante deverá fazê-lo mediante textos concisos, sendo desnecessário comprovar as informações apresentadas. As licitantes se obrigam a fornecer à SINFRA todas as informações adicionais e comprovações que a COMISSÃO venha a julgar necessárias para proceder ao exame indicado no item 2 deste Anexo.

d) Observação: o volume de tráfego apresentado no Quadro 1 é o efetivamente registrado na Praça de Pedágio no exercício de 2008 (o período de registro consta do roda-pé do quadro).



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra-estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 380
Norma R
Área

12. Os valores monetários do PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO serão apresentados em REAL, com preços referenciados, para todos os efeitos, à data de apresentação da PROPOSTA DE TARIFA DE PEDÁGIO.

13. As licitantes deverão atender, na elaboração do PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

a) A consistência interna do PLANO ECONÔMICO-FINANCEIRO de forma a permitir que se proceda a análise da coerência entre as diferentes previsões feitas quanto ao montante e calendário dos custos operacionais, receitas, financiamento necessário, disponibilidade de capital próprio;

b) A razoabilidade das estimativas realizadas de modo que possam ser analisados os custos previstos para as diversas despesas, as projeções de trânsito e suas justificativas pertinentes;

c) A solidez global do PLANO ECONOMICO-FINANCEIRO, que deverá conter informações suficientes que permitam à COMISSÃO efetuar análise de sensibilidade do PLANO, particularmente no que diz respeito aos custos de conservação e manutenção, bem assim ao volume de trânsito.

14. Serão desclassificadas as PROPOSTAS DE TARIFA DE PEDÁGIO que sejam consideradas, pela COMISSÃO, inexequíveis, nos termos previstos no Edital.

CAPÍTULO II DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS

15. A demonstração das receitas expressará a estimativa do faturamento bruto da concessionária ao longo do período da concessão, proveniente da cobrança de pedágio e de outras fontes de receitas. Essas estimativas serão apresentadas nos quadros 3, 4 deste Anexo e deverão observar ainda as seguintes recomendações e aspectos:

a) Composição das receitas: serão apresentadas as receitas estimadas, com análises de suas origens, discriminadas em categorias e segundo as seguintes denominações:

- receitas operacionais - aquelas que tenham vinculação direta com a operação da rodovia, resultantes da arrecadação de pedágio, da eventual exploração comercial de atividades na área de serviços, de propaganda de terceiros e outras a serem discriminadas; e

- receitas financeiras - aquelas que diretamente vinculadas com a operação da rodovia, como por exemplo, as remunerações de aplicações financeiras;

b) TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO: já definida no item "3.2.1. Tarifa Básica de Pedágio", do Anexo II.1 - Estrutura Tarifária;

2
4



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 381
Nome R
Área

c) Valor máximo da tarifa: o valor "teto" admitido pela SINFRA nas PROPOSTAS DE TARIFA DE PEDÁGIO, conforme estabelecido no item "3.2.1. Tarifa Básica de Pedágio", do Anexo II.1 – Estrutura Tarifária, será de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), para o trecho em questão;

d) Categoria de veículo: a diferenciação dos valores do pedágio, ou a estrutura tarifária do contrato, deverão levar em consideração as categorias de veículos e seus respectivos coeficientes multiplicadores, definidos no item "3.3. Classificação dos Veículos", do Anexo II.1 – Estrutura Tarifária;

e) Isenções e/ou privilégios tarifários: conforme definido no item "3.5. Isenções e/ou Privilégios Tarifários", do Anexo II.1 – Estrutura Tarifária.

Seção I Receitas Operacionais

16. A demonstração das estimativas das Receitas Operacionais será realizada a partir da análise de seus componentes básicos, quais sejam, no caso das receitas de pedágio, o volume e composição de trânsito, que resultará no cálculo do volume equivalente aos veículos de Categoria 1 e a estrutura tarifária. Os resultados serão apresentados no formato do Quadro 3, os quais serão estimados de acordo com as indicações dos itens 18 a 24, a seguir.

17. Nos casos das demais fontes de receitas operacionais, a Licitante deverá identificá-las e apresentar os métodos de suas estimativas e compor o quadro 4 referido para, com os resultados do quadro 3, totalizar as Receitas Operacionais.

Subseção I Volume e Composição do Trânsito

18. Nesta subseção serão justificadas as estimativas do volume e composição do tráfego e as projeções para todo o período do contrato de concessão.

19. O trecho rodoviário objeto da presente concessão já está sendo pedagiada mediante convênio de delegação, sendo que durante todo o ano de 2008 (Período de 01.01.2008 às 00:00:00hs até 31.12.2008 às 24:00:00hs), alcançou um volume de tráfego conforme apresentado no Quadro 1. A projeção desse tráfego constitui risco econômico-comercial da concessionária.

20. O Quadro 2 demonstra a quantidade de eixos decorrente dessa composição do VDM, para o período do projeto.

Subseção II Receita de Pedágio

21. Nesta Subseção a licitante apresentará, no formato do Quadro 3, em destaque, o valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra-estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 387
Nome R
Area

22. O preenchimento desse Quadro 3 terá início importando a dupla coluna "Total Diário" (VDM/Eixos Diários), do Quadro 2, que multiplicado por 365 resultará no volume de eixos durante o ano.

23. Conforme destaca o próprio Quadro 3, deverá ser descontados os eixos não pedagógicos por força das isenções estabelecidas pelo artigo 8º da Lei nº. 8.620/2006, em particular aquelas referidas no inciso "i" e parágrafo único, para fins da verificação correta da expectativa da receita, isenções essas mencionadas no item "3.5.1. Isenções", do Anexo II.1 – Estrutura Tarifária.

24. Para as isenções referida no inciso "i", em destaque no item anterior, a Licitante deverá observar, atentamente, as orientações e recomendações contidas no item "3.5.1.1. Limite da isenção dos membros da Associação", do Anexo II.1 – Estrutura Tarifária.

Subseção III Outras Receitas Operacionais

25. Nesta subseção a Licitante poderá apresentar estudo sobre as fontes e condições de "Outras Receitas Operacionais", que espera obter caso lhe seja adjudicado o objeto da concorrência, devendo, neste caso, sintetizá-las no formato do Quadro 4 deste Anexo; todavia fica desde logo estabelecido e esclarecido que tais receitas não devem ser consideradas pela Licitante quando da elaboração da PROPOSTA DE TARIFA; tais informações, portanto, não serão utilizadas pela Comissão para efeitos de verificação da equação econômico e financeira que resultar das PROPOSTAS DE TARIFA, isto é, tais informações são consideradas meramente ilustrativas, porém, em ocorrendo, repercutirá em redução da tarifa.

Seção II Receitas Financeiras

26. Nesta Seção a licitante apresentará seu estudo sobre, as oportunidades de obtenção de receitas financeiras, considerando que sempre estará ocorrendo uma defasagem de tempo entre recebimentos de rendas (em grande parte feita em moeda) e pagamentos, favorecendo oportunidades de aplicações nos mercados financeiros.

27. Os resultados desse estudo serão sumarizados, em termos monetários no Quadro 6 – Fluxo de Caixa, "2 – Receita Financeiras" / "A – Entrada".

CAPÍTULO III DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS

28. Neste capítulo a licitante expressará a estimativa dos custos brutos desembolsáveis ao longo do período da concessão. Essas estimativas deverão ser desdobradas e formatadas nos Quadros 5 e 6 deste Anexo.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

Seção I
Custos Correntes

PROT./SINFRA
Fl. 782
Nome R
Área

29. Nesta seção a licitante apresentará as estimativas dos custos correntes que tenham vinculação direta com a operação da RODOVIA, quais sejam:

- a) administrativos funções operacionais;
- b) de conservação e manutenção da RODOVIA;
- c) tributos;
- d) seguros obrigatórios;
- e) verba mensal de fiscalização e controle da AGER/MT, na proporção de 1,0% sobre a arrecadação total;
- f) outros custos.

Na descrição, análise e justificativa sucintas dos valores dos custos correntes, a licitante deverá considerar as seguintes indicações, respeitada a sua liberdade de apresentar qualquer matéria que julgue relevante:

- a) para os custos constantes da letra "a", serão suficiente as informações prestadas no Anexo II.2 – Funções Administrativas e Operacionais, Quadro – Resumo 4;
- b) para os custos das letras "b", serão suficientes as informações constantes do Anexo II.3 – Serviços de Conservação;
- c) para os custos relativos às letras "c" e "d" deverão ser especificadas as alíquotas para os diversos tributos considerados e os custos de cada tipo de seguro considerado;
- d) para os custos da letra "e", será desnecessária a apresentação de descrição, análise e justificativa;
- e) para os custos relativos à letra "f", será suficiente a especificação dos diversos tipos de despesas antevistas.

30. As estimativas resultantes deverão ser apresentadas no formato do Quadro 6.

Seção II
Custos de Capital

31. Na realidade, este item foi considerado apenas para compor o todo da estrutura do Plano Econômico e, também, para chamar a atenção de que neste processo



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 383
Nome R
Area

licitatório não haverá exigência de investimento inicial, conforme prevê o inciso II, do art. 2º, da Lei nº. 8.264, de 28 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO IV ESQUEMA DE FINANCIAMENTO

32. Uma vez que não existirá investimento, o esquema de financiamento será apenas no limite de suprir eventuais desequilíbrio entre a receita e despesa, em função da necessidade de uma aplicação maior de recursos no sistema de manutenção e conservação da rodovia,

CAPÍTULO V FLUXO DE CAIXA DO EMPREENDIMENTO

33. Essas informações deverão ser apresentadas na forma do Quadro 6, de modo a permitir a verificação do resultado do empreendimento.

CAPÍTULO VI INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

34. Este Capítulo deverá conter outras informações que a Licitante julgue necessário fornecer, com vistas ao melhor atendimento de sua PROPOSTA DE TARIFA DE PEDÁGIO.



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 384
Nome R
Area

Volume de Tráfego / 2008
MT - 242: Sorriso - Ipiranga do Norte

Categoria	Total do Ano (*)	VDM	%
CAT 01	186.677	511	55,8
CAT 02	18.052	49	5,4
CAT 03	7.301	20	2,2
CAT 04	30.227	83	9,0
CAT 05	5.749	16	1,7
CAT 06	3.307	9	1,0
CAT 07	30.222	83	9,0
CAT 08	17	0	0,0
CAT 09	1.675	5	0,5
CAT 10	51.619	141	15,4
Total	334.846	917	100,0

(*) Período de 01.01.2008 (00:00:00hs) a 31.12.2008 (24:00:00hs)



PROT./SINFRA
Fl. 386
Nome R
Assinatura

Ref.	Periodo	Quadro 3 - Projeção de Eixos e Receita				Isenção Lei 8.620/06 art. 8º, inc. I, § 1º	Outros Isentos	Total de Eixos Pedagiados	Total Arrecadado no Ano - R\$			
		Total Diário		Total de Eixos Durante o Ano	(3)					(4)	(5)	(6)
		VDM	Eixos Diários									
1	2009											
2	2010											
3	2011											
4	2012											
5	2013											
6	2014											
7	2015											
8	2016											
9	2017											
10	2018											
11	2019											
12	2020											
13	2021											
14	2022											
15	2023											
16	2024											
17	2025											
18	2026											
19	2027											
20	2028											
Total												
	(1)	Transportar do Quadro 2										
	(2)	Transportar do Quadro 2										
	(3)	Total do Ano										
	(4)	Programação de isenção da Associação até o limite de sua contribuição										
	(5)	Os outros isentos										
	(6)	Total de eixos menos as isenções										
	(7)	Produto dos eixos pedagiados pelo valor da Tarifa Básica										
	(8)	Valor da Tarifa Básica										



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Infra - estrutura

PROT./SINFRA
Fl. 387
Nome R
Área

QUADRO 4 – DEMONSTRAÇÃO DAS OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS A PREÇOS DA DATA DA ENTREGA DA PROPOSTA

Especificação da Receita	Ano 1, 2, 3, ..., 20
A.	
B.	
C.	
D.	
N.	
Total	

Obs.: Discriminar cada receita e mencionar o valor por período de contrato.

QUADRO 5- DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS CORRENTES EM R\$ 1.000,00 A PREÇOS DA DATA DA ENTREGA DA PROPOSTA

Especificação	Ano 1, 2, ..., 20
1. Custos Operacionais	
1.1 – Administrativo - funções operacionais	
1.2 – Conservação e manutenção da rodovia	
2. Tributos (especificar)	
2.1 -	
3. Seguros (especificar)	
3.1 -	
4. Fiscalização do Contrato	
5. Outros (especificar)	
5.1 -	
Total	

Obs.: 1 – Apresentar a informação do quadro ano a ano do contrato.

2 – Excluir qualquer tributo ou outro tipo de custo corrente de qualquer natureza que tenha como fato gerador o lucro fiscal da concessionária.



PROT./SINFRA
Fl. 388
Nome R
Ass

Quadro 6 - Fluxo de Caixa

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Valor Presente Líquido - VPL
A - Entradas												
1 - Receitas Operacionais												
1.1 - Proveniente de Pedágio (Quadro 3)												
1.2 - outras Receitas (Quadro 4)												
2 - Receitas Financeiras												
3 - Abono de Capital Próprio												
4 - Empréstimos												
5 - Outras - Especificar												
Total A												
B - Saídas												
1 - Custos Correntes (Quadro - Anexo 4/Anexo 1-2)												
2 - Investição de Roubria (Quadro 5 - Anexo 1 - 3)												
3 - Custos Financeiros												
3.1 - Encargos de Capital de Giro												
3.2 - Encargos de Empréstimos												
4 - Exato Mesuros (Quadro - Anexo 5 - Anexo 1 - 2)												
5 - Amortização de Empréstimos												
6 - Outras - Especificar												
Total B												
Resultado (Total A - Total B)												
Resultado Acumulado Anualmente												
Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Valor Presente Líquido - VPL
Referência	12	13	14	15	16	17	18	19	20	20	20	
A - Entradas												
1 - Receitas Operacionais												
1.1 - Proveniente de Pedágio (Quadro 3)												
1.2 - outras Receitas (Quadro 4)												
2 - Receitas Financeiras												
3 - Abono de Capital Próprio												
4 - Empréstimos												
5 - Outras - Especificar												
Total A												
B - Saídas												
1 - Custos Correntes (Quadro - Anexo 4/Anexo 1-2)												
2 - Investição de Roubria (Quadro 5 - Anexo 1 - 3)												
3 - Custos Financeiros												
3.1 - Encargos de Capital de Giro												
3.2 - Encargos de Empréstimos												
4 - Equip. Novos (Quadro - Anexo 5 - Anexo 1 - 2)												
5 - Amortização de Empréstimos												
6 - Outras - Especificar												
Total B												
Resultado (Total A - Total B)												
Resultado Acumulado Anualmente												

M